FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA – FAP
CURSO DE PEDAGOGIA

EDILENE MATA DE ARAÚJO
FRANCIENE DA SILVA ARAÚJO
MAYARA MENDES CARVALHO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: um estudo de caso na Unidade Integrada Sebastião Rodrigues Lobo

Chapadinha – MA,
2018

EDILENE MATA DE ARAÚJO
FRANCIENE DA SILVA ARAÚJO
MAYARA MENDES CARVALHO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: um estudo de caso na Unidade Integrada Sebastião Rodrigues Lobo

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba como requisito obrigatório para obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof.ª Esp. Enir Ferreira Lima

Chapadinha – MA,
2018

Araújo, Edilene Mata de

Projeto Político-Pedagógico: um estudo de caso na Unidade Integrada Sebastião Rodrigues Lobo. / Edilene Mata de Araújo, Franciene da Silva Araújo, Mayara Mendes Carvalho. - Chapadinha, 2018.

70 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia – Faculdade do Baixo Parnaíba, 2018.

1. Projeto Político-Pedagógico. 2. Ensino Fundamental. 3. Práticas educacionais. I. Araújo, Franciene da Silva. II. Carvalho, Mayara Mendes. III. Título.

CDU: 37.014.542

EDILENE MATA DE ARAÚJO
FRANCIENE DA SILVA ARAÚJO
MAYARA MENDES CARVALHO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: um estudo de caso na Unidade Integrada Sebastião Rodrigues Lobo

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba como requisito obrigatório para obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof.ª Esp. Enir Ferreira Lima

Aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora: Prof.ª Esp. Enir Ferreira Lima

_____

1º Examinador

_____

2º Examinador

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, nosso caminho e fortaleza durante estes anos de estudos, e às nossas famílias pelo incentivo e companheirismo durante nossa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por ser o autor e condutor de nossas vidas, por guiar-nos e nos encher de ânimo, saúde, força e alegria para alcançar esse objetivo. Aos nossos pais e familiares, pelo carinho dedicação e apoio em nossas tomadas de decisões, por proporcionar-nos assim, a oportunidade de formação superior.

A todos os professores do curso que fizeram parte da nossa história como acadêmicas, e que se dedicaram na formação de cidadãos críticos, reflexivos e participativos, em especial a professora Francilene Lima, Ana Paula Assumpção, Aline, Ludhanna e Joanna pelo apoio na realização do projeto, e à professora Enir Lima pela sua orientação e incentivo no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Entre tantos outros, que assim contribuíram gradativamente na realização desse trabalho.

Agradecemos a toda direção de ensino da Faculdade do Baixo Parnaíba, em especial, à Prof.ª Me. Raimunda Nonata Fortes Braga, pela oportunidade nos dada em aprimorar nossos conhecimentos com um espírito inovador, reconhecendo a importância de buscar novos olhares para a educação. A todos os nossos colegas pela espontaneidade no compartilhamento de alegrias e informações, que contribuíram direta ou indiretamente para que se realizasse mais um trabalho.

"O Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo Projeto Político Pedagógico da escola está intimamente articulado ao compromisso sócio-político, com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade".

(VEIGA,1995, p. 13)

RESUMO

O presente estudo versa sobre a relevância do Projeto Político Pedagógico nas instituições de Ensino Fundamental, sendo este um importante instrumento de participação coletiva. Já que o Projeto Político Pedagógico possibilita uma organização, gerando qualidade no ensino e práticas pedagógicas que visem melhorias na aprendizagem. Desse modo, este trabalho teve como objetivo promover a reflexão, sobre a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico, e qual a relevância deste nas práticas educacionais dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Unidade Integrada Sebastião Rodrigues Lobo, escola da Rede Pública de ensino de Chapadinha – MA. Enfatizando ainda sobre o papel de cada membro da comunidade escolar nas tomadas de decisões para obter uma escola democrática. Para a realização deste trabalho, optou-se por uma pesquisa bibliográfica com os autores, LIBÂNEO (2002, 2003, 2008) VASCONCELLOS (2004), VEIGA (1995, 1998, 2001), LUCK (2010), dentre outros que discorrem acerca do assunto. E ainda, uma pesquisa de campo nos turnos matutino e vespertino, com participação de uma gestora, uma coordenadora pedagógica, dez pais e/ou responsáveis e quatro professoras, sendo duas do turno matutino e duas do turno vespertino. A investigação é de cunho qualitativo, os instrumentos para a coleta de dados foram aplicados através de questionários e entrevista. De acordo com a análise das respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa constatou-se que a comunidade familiar pouco participa das ações propostas pela escola, principalmente no que diz respeito as decisões tomadas pela gestão, professores e coordenadora pedagógica. A participação restrita dos pais e responsáveis acena para a construção de um novo conceito de gestão escolar, mais participativo, que estimule todos os envolvidos no processo afim de alcançar um ensino e aprendizagem de qualidade.

Palavras–Chave: Projeto Político-Pedagógico; Ensino Fundamental; Práticas educacionais.

ABSTRACT

The present study deals with the relevance of the political-pedagogical project in primary education institutions, being this an important instrument of collective participation. Since the political pedagogical project makes possible an organization, generating quality in the teaching and a pedagogical practice that aims at improvements in the learning. Thus, this work aimed to promote reflection, on the collective elaboration of the political-pedagogical project, and its importance in the educational practices of the teachers of the initial years of Elementary School of the Integrated Unit Sebastian Rodrigues Lobo, school of the public school system of Chapadinha-MA. He also emphasized the role of each member of the school community in making decisions to obtain a democratic school. For the accomplishment of this work, we opted for a bibliographical research with the authors, LIBÂNEO (2002, 2003, 2008) VASCONCELLOS (2004), VEIGA (1995, 1998, 2001), LUCK (2010), among others that talk about the subject. In addition, one of field research in the morning shift afternoon, with the participation of manager, a pedagogical coordinator, with ten parents and/or responsible, four teachers, two of the morning shift and two of the afternoon shift. The research is qualitative; the instruments for data collection were applied through questionnaires and interview. According to the analysis of the answers given by the research subjects, it was found that the family community does not participate in the actions proposed by the school, especially in relation to decisions made by management, teachers and pedagogical coordinator. The restricted participation of parents and caretakers is encouraging the construction of a new concept of school management, more participatory, that encourages everyone involved in the process to achieve quality teaching and learning.

Key-Words: Political - Pedagogical Project; Elementary School; Educational practices.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A escola possui um Projeto Político Pedagógico? 42

Tabela 2: Qual a relevância do Projeto Político Pedagógico para sua prática educacional? 43

Tabela 3: Você participou na elaboração do PPP da escola? 43

Tabela 4: Há uma avaliação periódica do Projeto Político Pedagógico da sua escola?.... 44

Tabela 5: Considerando essa afirmativa, quais as principais dificuldades apontadas e como a escola trabalha para a superação dessas dificuldades? 44

Tabela 6: Seu plano de ensino é elaborado de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola?..... 46

Tabela 7: Questionário aplicado a gestora..... 46

Tabela 8: Questionário aplicado à supervisora pedagógica..... 49

Tabela 9: Questionário aplicado aos pais ou responsáveis dos alunos. Você costuma participar das decisões da escola do seu filho?..... 53

Tabela 10: Você costuma participar das decisões da escola do seu filho?..... 54

Tabela 11: Seu filho tem demonstrado que realmente está aprendendo os conteúdos trabalhados na escola?..... 55

Tabela 12: A escola promove muitas atividades?..... 55

Tabela 13: Se você pudesse o que mudaria na escola do seu filho?..... 56

Tabela 14: Em sua opinião, os professores têm contribuído satisfatoriamente na aprendizagem do seu filho?..... 57

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Demonstrando a quantidade de artigos selecionados para análise categorizados pelo ano de publicação (CAPES)..... 14
QUADRO 2. Demonstrando a quantidade de artigos selecionados para análise categorizados pelo ano de publicação (BDTD)..... 16

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 10

2 ESTADO DA ARTE..... 12

2.1 Pesquisa relacionada ao objeto de estudo..... 13

2.2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)..... 13

2.3 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)..... 16

2.4 Resultado..... 20

3. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A PRÁTICA EDUCACIONAL.... 21

3.1 Projeto Político Pedagógico e a identidade escolar..... 26

3.2 O Projeto Político Pedagógico e a participação da comunidade escolar..... 30

4 A PRÁTICA EDUCACIONAL DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL..... 36

5 ESCOLA CAMPO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO..... 40

5.1 Tipo de pesquisa..... 40

5.2 Instrumentos de coleta de dados..... 41

5.3 Universo e amostra..... 41

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA..... 42

7 CONSIDERAÇOES FINAIS..... 59

REFERÊNCIAS..... 61

APÊNDICES..... 66

1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna tem passado por profundas mudanças nos últimos anos. Uma das questões centrais que emergiu nesse contexto foi a educação nacional. Neste sentido, trata-se de uma redefinição dos paradigmas que norteiam o fazer pedagógico. A temática sobre gestão escolar se insere como um dos principais temas que contribuem para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Neste aspecto, o Projeto Político-Pedagógico- PPP constitui-se como um elemento fundamental para a viabilização desse processo. A elaboração desse documento é fundamental para o desenvolvimento das práticas educacionais, pois sabe-se que ele é norteador de todas as ações pedagógicas e serve como referência do trabalho profissional da educação.

O tema Projeto Político Pedagógico não é novidade no mundo acadêmico, existem diversos estudos teóricos que abordam o tema, além de estar presente na prática educacional, e na realidade escolar. O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na escola Unidade Integrada Sebastião Rodrigues Lobo, da rede pública municipal de Chapadinha – MA, teve como objetivo central investigar qual a relevância do Projeto Político Pedagógico na prática educacional dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Optou-se por uma pesquisa bibliografia e pesquisa campo, podendo assim, interpretar e descrever os dados coletados a partir das opiniões e concepções da temática estudada. Efetuou-se a aplicação de questionários com perguntas abertas e semiabertas através de entrevistas. A pesquisa em questão surgiu de uma experiência durante o processo de observação em uma escola pública do município de Chapadinha.

O corpo desse trabalho se divide nos seguintes capítulos: O primeiro com o nome Estado da arte, trata-se de um levantamento de dados sobre os trabalhos realizados com essa temática, assim fez-se a análise de alguns documentos relacionados encontrados nos sites Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O segundo com o tema O Projeto Político Pedagógico e a prática educacional, trata-se de uma pesquisa sobre a concepção de alguns autores sobre o PPP e a prática educacional, como este documento é visto e concebido, e sua importância para a identidade da escola e da participação da comunidade escolar. O terceiro capítulo denominado de A prática educacional dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, busca trazer a importância do educador está preparado para os desafios da prática docente que acontecem no cotidiano da sala de aula.

Segue-se, com a característica da escola pesquisada, bem como a metodologia utilizada na pesquisa, o tipo de pesquisa, qual o universo e amostra, e os instrumentos utilizados na coleta de dados. É demonstrado os resultados e discussões da pesquisa, este está detalhado com tabelas que facilitam a compreensão do leitor sobre o resultado da pesquisa abordado nas discussões. E por fim, as considerações finais que demonstram que embora seja recorrente no contexto educacional o tema PPP, este ainda é desconhecido em sua essência pelos profissionais da escola citada na pesquisa.

2 ESTADO DA ARTE

Com o intuito de realizar um levantamento bibliográfico de temas relevantes ao trabalho de conclusão de curso. Buscou-se através da pesquisa denominada Estado da Arte, ou estado do conhecimento, fazer um levantamento de dados, que proporcionasse base teórica rica de informações atuais e pertinentes para embasar o trabalho desenvolvido.

Esse tipo de pesquisa segundo Brandão (1986) é usual na literatura científica americana, é pouco conhecido entre pesquisadores no Brasil. O termo estado da arte resulta de uma tradução literal do Inglês, e, conforme a autora, tem por objetivo realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área. Romanowski e Ens (2006), apud, Brandão (1986, p. 07).

Ferreira (2002) afirma que durante os últimos quinze anos ocorreu a elaboração de um conjunto significativo destas investigações. Esse movimento foi motivado pela sensação de não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área, consequência do crescimento quantitativo e qualitativo e da pouca divulgação sobre certa produção acadêmica.

Na realização de um estado da arte são considerados os objetivos dos trabalhos já produzidos, pois estes possibilitam a compreensão de como acontece a produção do conhecimento em determinadas áreas. Esta forma de pesquisa permite ao pesquisador analisar a ênfase dada a trabalhos pertinentes a pesquisa, nas teses, dissertações e artigos encontrados.

Romanowski e Ens (2006, p. 04) coloca que, esses trabalhos não se restringem a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas. Segundo Soares (2000, p. 04), num estado da arte é necessário considerar "categorias que identifiquem, em cada texto, e no conjunto deles as facetas sobre como o fenômeno vem sendo analisado". O estado da arte é uma espécie de caminho, no processo científico permite continuar a pesquisar e através do que já foi realizado abordar outras formas de pesquisa ou aprimorar as já existentes.

Concretizou-se a pesquisa em duas bases de dados, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Realizou-se a filtragem com trabalhos publicados e/ou defendidos entre os anos de 2013 e 2017.

2.1 Pesquisas relacionadas ao objeto de estudo

A pesquisa em questão foi realizada nos sites, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na primeira base por reunir em um único lugar, informações de teses e dissertações que são acessíveis para pesquisas acadêmicas. Na segunda, pela mesma reunir linhas de ação, que está dividida por um conjunto estruturado de programas, neste sistema contém mestrados e doutorados, que servem como subsídio para os acadêmicos buscarem informações de áreas de conhecimentos específicos.

2.2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Esse portal de Periódicos proporciona facilidades para o usuário realizar um levantamento de produções científicas originada por pesquisadores em todo o mundo. Sua página inicial disponibiliza a buscar assunto, periódico, por livro e por base, com o intuito levar o usuário rapidamente ao conteúdo desejado.

Dispõe de ferramentas que facilitam a identificação de artigos e documentos referente ao assunto de interesse do usuário. Possibilita a filtragem de forma simples, pois, é possível selecionar o tipo de recurso, assunto, autor, data de publicação, assim como o idioma e titulo, e permite identificar os trabalhos publicados disponíveis através de palavras-chave, nos dando resultados por título ou ordem alfabética, com o tipo de conteúdo abrangido.

Dessa forma, essa base de dados tem sua grande relevância para a pesquisa em questão. Assim, a presente pesquisa realizada na CAPES deu-se através das seguintes palavras-chave: Projeto Político Pedagógico e prática educacional com o resultado de 143 trabalhos, Projeto Político Pedagógico e sua relevância resultado de 85 trabalhos e Projeto Político Pedagógico e gestão, com 158 trabalhos encontrados. Porém, após a filtragem foram selecionados artigos dos anos de 2013 a 2017 de idioma português. Com as duas primeiras palavras-chave utilizadas, os trabalhos encontrados com as mesmas não apresentaram ter relevância para o trabalho em questão, já com a última palavra-chave utilizada encontrou-se 05 trabalhos que estão relacionados com o tema proposto, com isso foram selecionados os seguintes para análise.

Quadro 1. Demonstrando a quantidade de artigos selecionados para análise categorizados pelo ano de publicação. CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

Ano das publicações dos artigos	Quantidade de artigos analisados
2013	01
2014	02
2015	02
2016	0
2017	0
TOTAL	05

Ano de publicação: 2013- **Contribuições da Gestão Escolar para a qualidade da Educação.** Palavras-chave: Gestão escolar, Avaliação, Ideb, Qualidade da educação. Autoras: **GELATTI, MARQUEZAN.**

O objetivo da pesquisa foi investigar que ações são desenvolvidas pela gestão da escola para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos e contribuir para esse sucesso. A metodologia adotou a abordagem quanti-qualitativa, utilizando-se de estudo de caso, entrevista semiestruturada com a equipe diretiva da escola, observação, pesquisa no Projeto Político Pedagógico da escola e dados quantitativos sobre o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Nos resultados da pesquisa percebeu-se que a escola na qual se desenvolveu a pesquisa, a democracia é vivenciada nas práxis pedagógica e social, bem como as ações que facilitam o sucesso escolar são planejadas e vivenciadas com a participação de toda a comunidade escolar, características de uma educação de qualidade.

Ano de publicação: 2014- **O Projeto Político Pedagógico em sua construção e implantação compartilhada: o estudo de caso de uma comunidade escolar** dos autores Samuel Robaert, Marilene Gabriel Dalla Corte. Palavras-chave: Gestão escolar, Projeto Político Pedagógico e Comunidade escolar.

O trabalho objetivou apresentar uma abordagem reflexiva sobre as concepções dos gestores, professores e demais integrantes de uma escola de educação básica do município de Três Passos, RS, acerca do Projeto Político Pedagógico, no sentido de verificar como este interfere nas decisões tomadas na escola e na concretização de ações que visem à implantação das ideias e pressupostos contidos neste documento.

A metodologia utilizada foi um estudo de caso de abordagem qualitativa. Que constatou que o Projeto Político Pedagógico não se constitui, necessariamente, um documento norteador dos pressupostos e ações educacionais na escola, faltando, efetivamente, o espaço de compartilhamento, de reflexão e de [re]definição das ações educacionais.

Ano de publicação: 2015- **Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico: Estudo de caso em uma escola municipal de São Gonçalo dos Campos – BA, (CAZUMBÁ, SILVA, 2015).** Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Gestão democrática, Construção coletiva.

O trabalho teve como objetivo central analisar como ocorre o processo de construção coletiva do PPP em uma unidade de ensino. A investigação teve base qualitativa, sendo realizada a partir de questionários com perguntas abertas, aplicadas a seis professores, um coordenador pedagógico e um gestor. A pesquisa revelou que na escola estudada o PPP não é elaborado de forma coletiva e existe uma participação bastante limitada da comunidade escolar nos processos de gestão.

Ano de publicação: 2015- **Projeto Político Pedagógico: Ação estratégica para a gestão democrática, de (FERNANDES, PEREIRA). Palavras-chave: Gestão escolar democrática, Projeto Político Pedagógico, Educação**.

Teve por objetivo analisar as atuais formas de construção dos Projetos Político Pedagógicos nas escolas estaduais localizadas no município de Santa Maria – RS. Através de uma abordagem qualitativa, adotou-se o estudo de caso como método de pesquisa. O estudo conclui que no dia a dia das escolas públicas percebe-se que a democracia ainda não se estabeleceu, pelo menos, no que se refere à construção coletiva dos PPP.

Ao analisar as atuais formas de elaboração dos Projetos Político Pedagógicos nas escolas estaduais localizadas no município de Santa Maria – RS verifica-se, que há um abismo entre o discurso dos gestores educacionais, dos políticos (âmbito macro), da maioria dos gestores escolares, bem como das propostas utópicas dos autores/professores e a prática da (re) construção do PPP.

Ano de publicação: 2014**- Projetos Político Pedagógico como instância de gestão sociais da educação Minas Gerais, (LOPES, MACHADO).** Palavras-chave Formação de gestores, Dirigentes comunitários, Terceiro setor, Gestão social.

Objetivou discutir a elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos na perspectiva de torná-los instâncias privilegiadas para essa gestão. Utilizou-se como metodologia uma revisão bibliográfica e pesquisa empírica. O qual teve como resultado que embora tendo uso predominante na educação formal, o Projeto Político Pedagógico é uma importante

ferramenta de gestão social com validade para atividades educacionais em geral, inclusive para o contexto da formação de dirigentes desse setor.

2.3 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

De acordo com a base de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD que tem por objetivo agregar, em um único portal, informação de teses e dissertações já publicadas no país, e que são disponibiliza para seus usuários de forma integral, tem seu fácil acesso por ter uma forma única de busca a esses documentos.

A mesma facilita na obtenção de informações dispondo; título, autor, resumo, palavra-chave ano de publicação de teses e dissertações, através desses métodos pode-se ter o acesso aos documentos. Permitindo assim, buscas simples ou avançadas, disponibiliza resultados resumidos ou detalhados além de possibilitar o acesso ao repositório de origem da tese ou dissertação para leitura, impressão ou download do arquivo.

A pesquisa realizada na base de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, teve como referência os anos de 2013 a 2017, realizados no idioma português. Para a realização da pesquisa foi utilizada as palavras-chave, Projeto Político Pedagógico e prática educacional, Projeto Político Pedagógico e sua relevância, PPP e gestão. Na busca realizada inicialmente foi utilizada a palavra-chave, Projeto Político Pedagógico e sua relevância, foram encontrados 420 trabalhos, porém após a leitura destes contatou-se que os conteúdos dos trabalhos encontrados não estavam de acordo com a proposta da pesquisa em questão.

A segunda palavra utilizada foi Projeto Político Pedagógico e prática educacional, que teve como resultado no total de 589 trabalhos após a filtragem. Após a leitura destes foram destacados 03 que apresentaram ter mais relevância para a proposta da pesquisa. Que serão destacados a seguir. Com a palavra-chave Projeto Político Pedagógico e gestão, foram encontradas 209 dissertações, após a leitura foram destacadas 04 para analise que serão apresentadas abaixo.

Quadro 2. Demonstrando a quantidade de artigos selecionados para análise categorizados pelo ano de publicação. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Ano das publicações dos artigos	Quantidade de artigos analisados
2013	01
2014	0

2015	0
2016	03
2017	03
TOTAL	07

Ano de publicação: 2016- **Educação integral e formação para a cidadania: uma análise do Projeto Político Pedagógico à luz do pensamento de Anísio Teixeira.** Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Educação Integral, Política de Educação, Cidadania.

A dissertação teve como autora Idila Muniz Gomes Guimarães Sampaio, teve como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Parque de Salvador/BA à luz do pensamento de Anísio Teixeira e a formação para a cidadania, identificando as ações específicas e desafios para efetivação desta modalidade de educação. A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi de cunho qualitativa e descritiva mediante análise documental e de conteúdo.

Apresentou como resultado final que apesar das políticas atuais e do Decreto nº 6253 de 13/11/2007, que dizem respeito à Educação Integral, ainda há entraves para sua efetivação. Entretanto, o trabalho destaca que, a Escola Parque mantém-se proativa com práticas exitosas diante dos pressupostos de Anísio Teixeira com vistas à formação da cidadania dos estudantes, promovendo uma educação que cultiva o prazer de aprender, relaciona as descobertas do cotidiano, num ambiente democrático de valorização da cultura e fortalecimento das identidades nos processos de construção do saber.

Ano de publicação: 2016- **A prática docente de uma professora da Educação Infantil e seus desafios.** Palavras-chave: Educação infantil, formação de professores, práticas Pedagógicas, currículo**.**

Teve como autora Adriana Aparecida Coan, com esta dissertação a autora objetivou refletir sobre a eficácia dos instrumentos de planejamento e execução do Projeto Político Pedagógico através do olhar e da atuação no planejamento. Usou-se como metodologia a Pesquisa qualitativa, estudo de caso mediante análise documental e entrevista semiestruturada.

Na conclusão do trabalho a autora coloca que a prática pedagógica pode ser visualizada como um processo de formação, atualização reflexão, contextualização da prática docente na escola com olhar e escuta para o interesse da criança considerando a um ser histórico, protagonista e sujeito da sua aprendizagem.

Ano de publicação: 2017- **O projeto Político Pedagógico na visão de professores do Ensino Fundamental de Benedito Silvano Freire**. Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Planejamento, Organização escolar, Formação docente. É uma dissertação cujo autor Benedito Silvano Freire, teve como objetivo conhecer e analisar o significado que ganha o Projeto Político Pedagógico no âmbito da instância escolar e de seus integrantes (Agentes da escolarização).

A metodologia utilizada na realização do trabalho foi questionários como questões abertas e fechadas, análises de dados apoiados na abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa evidenciam que o Projeto Político Pedagógico poderia contribuir mais para a qualidade do processo de ensino aprendizagem se o mesmo fosse realmente como referência das atividades formativas da escola, envolvendo a participação de todos professores, gestores, pedagogos, pais e alunos.

Nesse sentido, a pesquisa apontou alguns limitadores para o processo participativo do PPP, que de certa forma impacta sua capacidade de direcionar de forma estratégica a gestão e fortalecer os valores organizacionais. Constatou-se que fica claro a lacuna entre o que se defende em legislação e declarações e o que se materializa, no plano prático, no cotidiano escolar das escolas em estudo.

Ano de publicação: 2017- **A Construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas Estaduais de Alvarães/AM:** Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Gestão Democrática, Autonomia Escolar, Cultura de Planejamento Participativo. A pesquisa tem como autor, Manuel Valcy Seixas que aborda como Objetivo geral do estudo analisar o contexto regional e escolar de gestão das escolas da coordenadoria regional de Alvarães, no que diz respeito ao movimento de elaboração do PPP, refletindo sobre como a CRE/Alvarães pode contribuir para a construção do PPP pelas escolas estaduais sob sua responsabilidade.

Para tanto, o estudo segue a abordagem qualitativa, e se constitui num estudo de caso. No resultado da pesquisa, o autor destaca que, a escola precisa definir em que direção quer caminhar, e esse caminhar pode ser na direção de um projeto viável, alicerçado em princípios democráticos, solidificando as aspirações específicas da instituição que se pretende construir.

Ano de publicação: 2013- **Projeto Político Pedagógico: Instrumento para uma Gestão Escolar Democrática:** Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, gestão escolar, planejamento participativo. Teve como autora Olga Maria de Oliveira. O objetivo da pesquisa foi investigar o processo de elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) em duas escolas da rede estadual da Superintendência Regional de Ensino de Caratinga (MG),

destacando o papel do gestor na coordenação desse processo. A abordagem metodológica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi de cunho qualitativa.

Os dados destacados pela autora demonstram que o PPP quando efetivamente elaborado e executado no coletivo, funciona como um acordo entre os diversos atores, o que acaba por repercutir positivamente no contexto escolar; sua implementação permite à escola a formação de uma cultura própria, propiciando aos novos professores que nela ingressam, a percepção de um trabalho de conjunto e de padrões de comportamento desejáveis para a instituição e por fim, liderança do gestor frente a esse processo é de vital importância, considerando a dimensão pedagógica da gestão, bem como a participação da comunidade escolar.

De acordo com a autora conclui-se que, a necessidade do gestor compreender que sua liderança na gestão pedagógica é de suma importância na execução do PPP, como instrumento direcionador do processo pedagógico e que este processo só será exitoso, se realizado em uma gestão democrática.

Ano de publicação: 2017- **O Projeto Político Pedagógico como instrumento de mudança organizacional numa instituição de ensino da rede estadual do amazonas:** Palavras-chave, Projeto Político Pedagógico, Gestão Democrática, Planejamento Participativo. A dissertação de Edimilson Matos Cavalcante objetivou investigar como o Projeto Político Pedagógico da escola estudada tem se refletido nas ações da gestão pedagógica e de sua estrutura organizacional.

Para isso utilizou-se como metodologia de pesquisa o estudo de caso e entrevistas semiestruturadas, de forma que possibilitem compreender de que maneira o PPP serviu como instrumento de organização escolar. Na conclusão do trabalho o autor coloca que uma escola dinâmica precisa de gestores, professores e comunidade escolar compromissados com discussões sobre o papel da escola como instituição educacional.

Ano de publicação: 2016**- Organização da equipe gestora de uma escola estadual do município de Carauari (AM): desafios no fazer pedagógico:** Palavras-chave: Gestão Participativa; Gestão Democrática; PPP; Conselho Escolar.

De Ana Maria Machado Franck Incerti, o objetivo da pesquisa foi analisar como a equipe gestora da Escola Estadual das Seringueiras, com um número reduzido de integrantes, organiza suas atividades e planeja suas ações no âmbito da gestão administrativa e pedagógica no período compreendido entre os anos de 2011 e 2014.

Para isso utilizou-se como metodologia uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, onde se buscou analisar fontes documentais, entrevistas e questionários,

fundamentação teórica nos dispositivos legal nacional e estadual, como também, em pressupostos de autores dentre os quais se destacam Lück (2009), Vieira (2006).

Na conclusão do trabalho, a autora destaca que há a necessidade da equipe gestora em compreender que uma boa liderança realizada na gestão pedagógica é de suma importância na execução do PPP como instrumento direcionador do processo pedagógico. E que o processo de elaboração e execução do PPP ainda não está bem definido ou compreendido enquanto processo democrático e participativo que proporcionará mais autonomia para a gestão, na escola.

2.4 Resultado

Através das pesquisas e dos trabalhos analisados foi possível perceber que o tema, Projeto Político Pedagógico é muito recorrente no contexto acadêmico. O mesmo é muito citado como principal instrumento para o bom funcionamento de uma instituição escolar. A pesquisa contribui para a compreensão da necessidade e da importância dos gestores e docentes compreenderem a relevância do PPP, e como estes devem planejar suas ações e práticas pedagógicas voltadas para pôr em prática as ações e objetivos proposto no documento.

Observou-se que apesar do tema ser bastante recorrente, o objetivo do PPP ainda não foi atingido. Nas análises realizadas fica claro que as escolas têm consciência da necessidade do documento, porém, este ainda não foi incutido no processo escolar como documento principal para a eficácia e cumprimento das ações escolar.

Portanto, compreende-se que apesar do reconhecimento da importância do PPP, as escolas precisam lançar estratégias que coloquem em evidência a importância do trabalho educacional ser baseado, ancorado pelo que está proposto no Projeto Político Pedagógico da escola.

3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A PRÁTICA EDUCACIONAL

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (FERREIRA, 1975 p. 1.144). Desta forma compreende-se o ato de planejar como algo que busca sempre um alvo a atingir, uma meta a alcançar. Veiga (2002) conceitua o Projeto Político Pedagógico da seguinte maneira:

> É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento a responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Essa ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, dá a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente. (VEIGA, 2002 p. 110)

De acordo com o exposto pela autora o Projeto Político Pedagógico, vai delinear o trabalho a ser desenvolvido no âmbito escolar. Este documento tem o poder de unir o que se almeja em nível nacional para a educação com os objetivos internos da unidade escolar. O que leva a necessidade de harmonizar todas as formas de pensar, de ver e conceber o ambiente escolar.

Atualmente é notável as transformações que vem ocorrendo na sociedade, e a escola precisa se adaptar a essas mudanças. Assim, a prática do educador deve está embasada por princípios que busque trabalhar de forma que a sala de aula seja um ambiente instigador e provocador para seus alunos. Nesse sentido, o educador tem um papel fundamental no processo de transformação social, mediante a tantas ferramentas de informação e comunicação acessíveis todos os dias ao educando. Este professor deve estar atento e acompanhar os novos acontecimentos, com a finalidade de contextualizar a realidade da escola com a realidade vivenciada pelos educandos, tornando a educação mais próxima e condizente com o ambiente cotidiano de seus alunos.

É necessário que o educador reveja suas ações e o seu papel no aperfeiçoamento da sua prática educativa, buscando sempre inovar suas metodologias para se adequar pedagogicamente ao atual momento, buscando assim, transformar os conhecimentos dos alunos. Desta forma, destaca-se o que Souza (2006), em suas reflexões coloca a prática pedagógica como sendo a obra máxima do trabalho educacional. O autor neste processo considera três dimensões, a docente, gestora e discente. “À prática pedagógica enquanto ações coletivas são conformadas pelas interações de seus diferentes sujeitos (docentes, discentes e

gestores) na construção de conhecimentos ou trabalho dos conteúdos pedagógicos". Souza (2006, p. 10).

Desse modo, a escola deve organizar-se, desenvolvendo métodos de estudo que faça o educando um ser capaz de pensar e refletir sobre suas ações. O docente em seu papel de educador não tem sua postura voltada para transmissão dos saberes, mas sim um mediador que cria condições que favoreçam a aprendizagem do aluno, por si próprio desenvolva sua capacidade de pensar e tornar-se capaz de realizar tarefas de forma autônoma.

Veiga e Carvalho (1994, p. 50). Afirmam que: "O grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera "repetidora" de programas de "treinamento", é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais". Este é um dos princípios contidos no PPP da escola, traçar metas para que os profissionais estejam capacitados a trabalhar com qualidade.

A relação entre escola e sociedade, passou por muitas transformações ao longo dos anos, assim, para saber sua real função na sociedade, é necessário refletir sobre que tipo sociedade se almeja para o futuro, e que cidadãos se quer formar para atuar em um mundo globalizado, e só então criar novos caminhos para a educação escolar.

É notável que um dos problemas que se encontra na educação pública atualmente é a falta de escolas com autonomia para elaborar seus próprios projetos e que exerçam gestão democrática que busca organizar-se através do diálogo com a comunidade escolar, para construir sua identidade. Percebe-se que a gestão exercida na maioria das escolas elimina a possibilidade da existência do espaço coletivo e democrático, mesmo que os envolvidos compreendam que a escola é uma instituição que tem objetivos e metas a alcançar, assim como tem uma função social de formar cidadãos capazes de mudar sua realidade.

Segundo Veiga:

> Para a escola, um projeto ilumina princípios filosóficos, define políticas, racionaliza e organiza ações, otimiza recursos humanos, materiais e financeiros, facilita continuidade administrativa, mobiliza os diferentes setores na busca de objetivos comuns e, por ser de domínio público, permite constante acompanhamento e avaliação. Escolas sem projeto comumente encaixam-se nos versos de Fernando Pessoa, escrito em 1921: Como passam os dias, dia a dia, E nada conseguido ou intentado! Como, dia após dia, os dias vãos, Sem nada feito e nada na intenção! Um dia virá o dia em que já não direi mais nada. Quem nada foi nem é não dirá nada. Em suma, o projeto pedagógico da voz à escola e é a concretização de sua identidade, de suas racionalidades interna e externa e, consequentemente de sua autonomia. (VEIGA 2002, p. 112-113)

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de extrema importância no exercício da gestão escolar democrática, deve estar apoiado em princípios norteadores que

garantam a participação efetiva de todos da comunidade escolar. A construção do PPP deve ser um dos principais focos, pois este documento é primordial no processo de planejamento e o início da construção da identidade da escola que deve se destacar como processo contínuo em permanente elaboração, em que todos devem refletir sobre as reais necessidades da escola e, assim, trabalhar em prol da organização do trabalho pedagógico para superação de conflitos.

Com isso, em toda escola há a necessidade da elaboração do Projeto Político Pedagógico o qual é um documento que contém os desejos, necessidades, e possíveis ações de responsabilidades de uma comunidade escolar. Através dele a comunidade escolar pode e deve desenvolver o exercício de suas atividades pedagógicas, alcançar seus objetivos para transformar a realidade educacional atual. Aderir uma construção coletiva do PPP possibilita o reconhecimento e mudança da prática pedagógica, melhorando assim, o processo ensino aprendizagem.

Como ressalta Silva:

> O projeto político-pedagógico da escola pública, eixo ordenador e integrador do pensar e do fazer do trabalho educativo. Se concebido adequadamente, revela quem é a comunidade escolar, quais são seus desafios com relação à boa formação, à conquista da autonomia e da gestão democrática, capaz de organizar, executar e avaliar o trabalho educativo de todos os sujeitos da escola... Eis o nosso desafio, recolocar o projeto político-pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática. (SILVA 2003, p. 298)

O PPP necessariamente precisa ser elaborado, não só porque é exigido por lei sua criação, pois assim, o mesmo será apenas um instrumento que não terá nenhuma utilidade na escola, já que não serão as leis que mudarão uma realidade, e sim, as ações. Se o PPP for criado somente para cumprir uma formalidade legal, não haverá uma reflexão sobre as práticas educativas, e assim será um documento sem sentido que não levará em consideração a reflexão-ação-reflexão coletiva, distanciando-se do que é exposto na citação acima. A criação do Projeto Político Pedagógico deve ser para guiar as atividades educacionais, pois, trata-se de um documento que ajuda na construção da identidade da escola. Como cita Oliveira:

> [...] todo esforço da comunidade educacional deverá ser pautado na consolidação da gestão democrática, para que sejam garantidos espaços de autonomia que não se limitam apenas às questões meramente legais ou burocráticas, mas que se integram também às ações pedagógicas de sala de aula e do contexto mais amplo da própria comunidade (OLIVEIRA, 2009 p. 66)

Na elaboração do PPP deve-se levar em consideração a realidade interna da escola e a externa, que se refere a toda comunidade na qual está inserida, já que cada escola está

situada em comunidades com contextos históricos diferentes, e em cada uma destas comunidades possuem pessoas com ideais e objetivos particulares.

Neste sentido, cabe situar algumas especificações do Projeto Político Pedagógico, que tem por base ser elaborado e executado em contextos coletivos, "É necessário decidir, coletivamente, o que se quer reforçar dentro da escola e como detalhar as finalidades para se atingir a almejada cidadania". (VEIGA, 2002, p. 23). Desta forma, o PPP está organizado por quatro etapas que reforçam a ação coletiva da escola. O marco referencial, diagnóstico, programação e avaliação. São formas de projetar o que se pretende alcançar futuramente, nesta visão de futuro determinada pela comunidade escolar, considera-se o contexto social no qual a escola está inserida, procura-se projetar quais finalidades busca-se para a escola. A partir desta visão global, nacional e local pode-se compreender a realidade escolar.

No entanto, poderá haver conflitos de ideias, pela diversidade de diferentes posturas dos envolvidos, mesmo assim não deve ocorrer o desânimo, e sim criar condições adequadas para elaborar proposta pedagógica que tenha como foco principal a educação do aluno e a transformação na vida dos demais envolvidos no grupo social.

Desta forma, o PPP torna-se ainda mais importante, pois é um documento único e representa o perfil da escola, fazendo-se necessário que o mesmo seja construído coletivamente para suprir com as necessidades e anseios de todo o grupo envolvido na aprendizagem dos educandos.

No desenvolvimento das atividades contidas no PPP, precisa-se dar importância à formação dos cidadãos que necessariamente precisam adquirir uma visão crítica e reflexiva, a escola deve trabalhar em prol de incentivar o trabalho coletivo, e assim desenvolver hábitos de estudos nos alunos, para que os mesmos possam fazer pesquisas para enriquecer e aperfeiçoar seus conhecimentos.

A construção do PPP precisa ocorrer de forma democrática do início até o desenvolvimento das ações planejadas e ainda na sua avaliação e reformulação. A escola que constrói seu próprio PPP tem autonomia nas decisões e nas propostas pedagógicas desenvolvidas. A proposta elaborada no contexto da escola deve levar em consideração todos os aspectos, a serem trabalhados, físicos, administrativos, pedagógicos e filosóficos. O PPP da escola, como documento organizador, requer planejamento definindo os rumos que a escola no seu coletivo deve seguir, buscando atingir os objetivos almejados.

As suas dimensões política e pedagógica, faz uma junção do todo da escola, visando como foco central deste processo, a sala de aula. Como coloca Saviani (1983, p. 93), ao afirmar que a "dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto

prática especificamente pedagógica". Onde encontra-se o aluno que é o principal sujeito do processo educativo da instituição escolar. Dessa forma, a escola deve buscar meios que a levem a assumir este compromisso coletivo, que dá a mesma autonomia para delinear sua própria identidade.

A escola que busca traçar seus próprios caminhos, buscando com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, um trabalho que vise a cidadania plena aos seus educandos, trabalha em prol de uma autonomia que precisa ser reconhecida pelo sistema educacional, como declara Veiga:

> Se a escola nutre-se da vivência cotidiana de cada um de seus membros, coparticipantes de sua organização do trabalho pedagógico à administração central seja o Ministério da Educação, a Secretaria Estadual ou Municipal, não compete a eles definir um modelo pronto e acabado, mas sim estimular inovações e coordenar as ações pedagógicas planejadas e organizadas pela própria escola. Em outras palavras, as escolas necessitam receber assistência técnica e financeira decidida em conjunto com as instâncias superiores do sistema de ensino. (VEIGA 2002, p. 14-15):

E ainda:

> O ponto que nos interessa reforçar é que a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade. (VEIGA, 2002 p. 15)

A autora, destaca como princípios norteadores do PPP, da escola, aspectos como; valorização da comunidade escola, do trabalho do professor; dá subsídios para que os alunos tenham acesso e permaneçam em seus estudos; qualidade de ensino, democracia e liberdade traduzida no exercício da autonomia.

Para além desses princípios, é importante considerar também, os planos de ação a serem trabalhados na escola. Os planos de ação devem partir do diagnóstico realizado, objetivando levantar dados necessários para a elaboração e efetivação do PPP. Os planos de ação elencados no PPP, da escola visam os objetivos, metas e as ações a serem alcançadas. A equipe responsável pela elaboração do documento, a partir do diagnóstico inicial, traça metas de forma que a escola supere as dificuldades apontadas e busque meios para a aprendizagem significativa de seus alunos.

O que cabe destacar também é a individualidade de cada escola, ou seja, sua identidade institucional, cada uma tem suas necessidades próprias, sua clientela apresenta necessidades específicas. Portanto, o plano de ação elaborado deve visar alcançar as metas traçadas para um público específico. Fazer parte de um trabalho coletivo que antecede a elaboração de um plano ou projeto é um processo cheio de conflitos, mas uma experiência riquíssima para os sujeitos que decidem trabalhar e compreender como a escola funciona em

sua essência. Compreender como cada processo e grupo que faz parte da escola se organiza e trabalham para uma educação de qualidade.

A realização de um trabalho democrático que favoreça a superação da individualidade e as contradições da coletividade, é uma das principais formas de superar uma cultura de privilegiados. Incluindo neste processo todos que devem fazer parte deste processo, é nesta perspectiva que a escola deve elaborar e trabalhar seu projeto.

Durante toda a vida o ser humano é levado a participar de diversos processos sociais. Na infância a criança é levada a participar de grupos que vão além do seu grupo familiar. Isto visa outra base importante do PPP da escola, os fundamentos éticos políticos, que tem por base central determinar os valores que a escola vai adotar como meta para a formação dos docentes.

Na prática cotidiana, a elaboração do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar é concebida de valores, crenças, decisões políticas, princípios éticos de gênero, já que sua implementação e compreensão devem levar em consideração as diversas formas de ver e viver de cada sujeito pertencente ao processo educativo e da comunidade local, portanto, sua construção deve ser elaborada considerando todos esses aspectos.

O trabalho escolar deve estar voltado para formar cidadãos capazes de viver em sociedade, para saber exigir e respeitar a cidadania do outro, conforme Machado (1997, p. 47): “[...] educar para a cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo. ” Fazer com que os jovens não se posicionem alheios as barbáries sociais educacionais e políticas, que se desvelam como normais e aceitas pela sociedade, mas que estes saibam capitar a essência do que é decente e digno, e que saibam lutar por uma sociedade igualitária, uma educação competente e por políticas limpas.

3.1 O Projeto Político Pedagógico e a construção da identidade escolar

Toda escola possui uma identidade, uma qualidade que a torne diferenciada ou mesmo única para todos aqueles que convivem nesse ambiente. Desta forma a identidade escolar é um processo evolutivo de interpretação e reinterpretação de experiências pedagógicas. O PPP facilita na conquista da autonomia e na construção da identidade escolar, construção essa que acontece no desenvolvimento de ações junto aos membros do corpo escolar.

Neste sentido, NEVES (2002) destaca a autonomia da escola como:

> [...] um exercício de democratização de um espaço público: é delegar ao diretor e aos demais agentes pedagógicos a possibilidade de dar respostas ao cidadão (aluno e responsável) a quem servem, em vez de encaminhá-lo para órgãos centrais distantes onde ele não é conhecido e, muitas vezes, sequer atendido. A autonomia coloca na escola a responsabilidade de prestar contas do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar escola e famílias, é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade, o que caracteriza como uma categoria eminentemente democrática. (NEVES 2002, p. 99).

A autonomia neste sentido, é compreendida como ponto central de valorização do educando, pois um sujeito autônomo é capaz de mudar a realidade, em que vive, para isso, é preciso que a escola trabalhe em prol do desenvolvimento da autonomia em seu ambiente. É necessário que a escola faça um elo no processo de ensino-aprendizagem das crianças e que desde cedo o objetivo seja torná-las sujeitos de decisões críticas, para que as mesmas não venham a ser tratadas como meros objetos no meio da sociedade.

Cabe ressaltar que os critérios que orientam a seleção e organização de conteúdos e de expectativas de aprendizagem não podem ter como referência única o que ensinar, como se os conteúdos tivessem um único fim em si mesmos. É importante levar em consideração, o sentido mais amplo da formação desejada para os estudantes em cada etapa da escolaridade, ou seja, focar não só o que, mas para que tipo de sujeito ensinar, já que cada aluno aprende e compreende os conhecimentos escolares de forma particular. Assim, a seleção do conhecimento considerado importante é feita com base na descrição sobre o tipo de sujeitos que se quer formar. Que tipo de cidadão quer ser? O que eles ou elas devem se tornar? Considerando desta forma a subjetividade, as particularidades de cada um.

Uma escola deve ser plena de vida, de concretude, de relações efetivas, e o fundamental deve ser uma escola autônoma, para assim assumir uma autogestão, que proporcione a participação de todos numa estrutura já dada, e esteja disposta para que as transformações que ocorrerem neste ambiente sejam voltadas para aprimorar cada vez mais sua importância e dar qualidade de aprendizagem aos seus educandos. Toda a escola deve se reestruturar, pensando o papel de cada elemento na comunidade escolar e as relações mútuas entre os sujeitos que estão envolvidos.

O processo de construção do PPP de uma unidade escolar, mesmo sendo mais lento, proporciona a comunidade escolar, o enriquecimento do processo, que todos se sintam sujeitos da produção deste projeto, e não apenas executores. É importante ressaltar que essa maneira de trabalhar proporciona à comunidade escolar a responsabilidade de participação na

elaboração do PPP, que possa argumentar, discutir, discordar, cumprir seu papel, tomar decisões coletivas, e que venha agir como verdadeiros cidadãos, na comunidade escolar. Pode-se dizer que a escola se torna um espaço de construção e exercício da cidadania. E, para além desse exercício de autonomia intelectual, alunos, professores, pais e servidores assumem democraticamente a regulação das relações na escola.

A presença da comunidade escolar na escola é um espaço de exercício da cidadania em que a educação científica e humanística se processa pela cidadania e para a cidadania, onde há um envolvimento de todas as pessoas em um processo de elaboração de regras de relacionamento, ou código de ética que, embora exista, muitas vezes sem consciência das pessoas a respeito dele, deve passar a ser uma produção intencional de todos. Para que isso se torne realidade, o gestor ou gestora deve abrir um espaço para que a comunidade escolar apresente um código de ética, para um processo contínuo de negociação entre todas as pessoas que compõem a comunidade escolar.

Em relação à democratização das relações na comunidade escolar, ela deve ser uma abertura para a participação de todos, sendo que a mesma tem funções específicas, e que deve ser previamente definidas pelo coletivo, é, sem dúvida, um ambiente propício para a construção de um ambiente de criatividade e responsabilidade, onde devem fluir ideias novas e de negociações produtivas, que possibilitam que o processo de ensino e aprendizagem, seja um exemplo de postura crítica que pode ser levado para outras instâncias da vida das pessoas que fazem parte da comunidade escolar.

A ideia é que a convivência no ambiente escolar não se dê como um momento de ensinar sobre algo, ou sobre uma maneira de agir, a ser aplicável em outro momento, na vida dos alunos, mas como uma maneira efetiva de ser, de conviver, de construir conhecimento, de assumir posturas e de fazer escolhas. Afinal, a escola é um lugar para viver, conviver, e aprender e não um espaço para ensaiar a vida, é nesse espaço que se aprende a ser crítico, e é nele também que se reconhece como funciona a coletividade.

No ponto de vista conceitual e operacional, a autonomia da escola está totalmente relacionada com o PPP. Tal ligação é recíproca, ou seja, a construção do PPP, ao mesmo tempo em que visibiliza a existência de uma escola autônoma, também se constitui no processo por meio do qual a escola vai se constituindo e se consolidando como um espaço educativo cheio de autonomia.

A ocorrência da relação entre a autonomia escolar e a construção do seu PPP une todos os segmentos e setores de ensino e se desenvolve de maneira alastraste nas distintas e ao mesmo tempo, complementares etapas da elaboração, execução ou implementação e

avaliação. A autonomia não se constitui num processo descomprometido ou descontextualizado. Ao contrário, ela está diretamente relacionada e vinculada a um projeto político social que pressupõe um caminho a ser buscado e seguido. Em se tratando da autonomia escolar, essa relação diz respeito à elaboração e implantação de um Projeto Político Pedagógico.

De acordo com Veiga et al (2002), o PPP resulta numa intersecção bastante estreita entre a autonomia da escola e a construção e solidificação da sua identidade institucional. Juntamente com a organização da escola vinculada aos interesses da comunidade, a viabilização dessa identidade ocorre por meio da construção do Projeto Político Pedagógico, uma vez que com o projeto a escola assume um rosto próprio, sua singularidade e, por assim dizer, sua personalidade institucional. A autonomia da escola começa a acontecer no próprio momento em que, coletivamente, ela desencadeia a construção deste documento, o que pressupõe que a escola seja entendida como uma unidade organizacional de decisão.

Devem ser considerados os aspectos pedagógico, administrativo e financeiro, que de forma inter-relacionada compõem a autonomia da escola, a construção do Projeto Político Pedagógico é, por excelência, um caminho por meio do qual ocorre também a visibilidade desse princípio educacional. Assim, o PPP funciona como subsídio para que a escola tenha um melhor desempenho no ensino. É importante ressaltar que a lei não muda a realidade, pois ainda existem escolas que precisam rever alguns aspectos que deixam a desejar. A esse respeito Mendonça (2000) diz que:

> A capacidade de elaborar e executar com independência e efetivo apoio infraestrutural do Estado um projeto pedagógico próprio é [...] um dos melhores indicadores da autonomia da escola e da democratização do sistema, pois indica, ao mesmo tempo, a faculdade de a escola governar-se por si mesma e a habilidade político-administrativa do sistema de reorganizar-se para concentrar suas energias no atendimento das necessidades da escola. (MENDONÇA 2000, p. 396-397).

Desse modo, o Projeto Político Pedagógico e a autonomia são processos indissociáveis. A vinculação entre autonomia escolar e o PPP da escola pressupõe o desencadeamento de uma política educacional que tenha compromisso com a maioria da população que fundamente corresponde às camadas que compõem a classe trabalhadora. Diante disto, se faz necessário que tal política esteja baseada no princípio da democratização, em vista do asseguramento aos trabalhadores e aos seus filhos dos benefícios proporcionados pela educação escolar. O processo de construção do Projeto Político Pedagógico sinaliza que também foram dados passos em direção à conquista da autonomia escolar na medida em que

traduz um assumir de responsabilidades por parte dos atores sociais que atuam na escola (VEIGA 1995, p. 13).

A partir da análise feita por Marques (1990, p. 34), o Projeto Político Pedagógico pode possibilitar a continuidade das ações educativas desenvolvidas pela escola, resguardando-a da descontinuidade administrativa que tanto caracteriza a gestão pública brasileira, pode-se apreender a existência de um potencial político administrativo na elaboração e implementação do PPP. Dessa forma, a escola encontrará elementos que favoreçam a sua caminhada institucional e educacional.

Na construção do Projeto Político Pedagógico também está contemplada a dimensão de participação, pois sua elaboração "é corresponsabilidade dos professores, dos pais, dos alunos, do pessoal técnico-administrativo e dos segmentos organizados da sociedade local, contando ainda, com a colaboração e a assessoria efetivas de profissionais ligados à educação" (VEIGA & RESENDE 1998, p. 13).

Mesmo que o papel de liderança do processo de construção do Projeto Político Pedagógico caiba ao corpo técnico e diretivo da escola, a sua elaboração deve resultar do real exercício da responsabilidade de todos os atores sociais da escola, bem como dos segmentos organizados da sociedade, contando ainda com a colaboração e a assessoria efetivas de profissionais ligados à educação. Por conseguinte, torna-se simplesmente inconcebível que a construção deste documento seja realizada apenas por alguns dos segmentos que dela fazem parte (equipe técnico-administrativa, por exemplo) e, muito menos ainda, que sua elaboração seja feita por encomenda, ou seja, confiada a pessoas ou grupos de pessoas que não fazem parte da comunidade escolar.

3.2 Construção do Projeto Político Pedagógico e a participação da comunidade escolar.

A realidade escolar é constituída pelo local em que está inserida a escola, pelas pessoas que fazem parte da comunidade local e dos demais envolvidos. Desse modo é preciso que os professores, pais, alunos e funcionários, compreendam que eles são parte da realidade escolar desde a elaboração de seu projeto pedagógico até a efetivação de sua execução, para tanto, o coordenador pedagógico e as autoridades maiores não devem impor essa participação simplesmente como uma obrigação que deve ser cumprida para a escola se manter regularizada, mas sim, devem estimular a todos de modo que desperte o interesse e, assim, possam se integrar no processo contínuo. Com a participação das pessoas a relação entre

gestor, funcionários, professores e a comunidade escolar torna-se mais agradável, por não existir a exclusão de ideias.

De acordo com Ferreira (2006), a gestão democrática ocorre de forma coletiva na prática quando,

> [...] se tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo esse processo [...] (FERREIRA, 2006 p. 310).

Percebe-se que na maioria das escolas públicas, o processo de gestão democrática é atualmente um desafio e não uma prática, pois há grandes dificuldades quando se refere ao PPP, há dificuldades não só na sua elaboração, mas ainda na sua efetivação, uma vez que muitos dos envolvidos na escola não sabem da existência e da necessidade desse documento. Portanto, torna-se difícil a concretização da análise dos problemas reais da escola, das situações críticas e conflituosas que devem ser levadas em consideração na construção desse documento para tomada de decisão em relação as mesmas. Como está exposto na Lei n.º 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que visa gestão democrática para as escolas públicas de educação básica,

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, é colocado os princípios pelos quais a educação nacional deve se orientar:

> I-igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV-gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei por planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII-garantia de padrão de qualidade1 (grifo nosso). (BRASIL, 1998)

No artigo 2.º da LDB estão estabelecidos os princípios e fins da educação nacional, ratifica o indicado no artigo 205 da Constituição: "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

E ainda no artigo 3.º da LDB está especificado os princípios pelos quais a educação se orienta:

> I-igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
> III -pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI -gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais[3] (grifo nosso). (BRASIL, 1998).

Referente ao PPP a LDB (Lei nº. 9394/96), em seu art.12, tem uma orientação legal que coloca como responsabilidade da escola elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. Assim, como define também normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo art.14: "I. participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes. "

É imprescindível que as escolas revejam a forma que está organizada de modo que permita a participação de todos para o exercício da democracia. Trabalhar coletivamente proporciona à comunidade escolar argumentar discutir e cumprir seu papel nas decisões e execução das atividades pedagógicas de forma que se sintam cidadãos ativos na sociedade, com isso a escola torna-se, um espaço que propicia a construção e exercício da cidadania.

Segundo Oliveira (2009, p. 66) "a aproximação entre sociedade e escola, através da participação, do diálogo e da troca de informações apresenta-se como alternativa para que as relações educativas e sociais sejam mediadas e compartilhadas no coletivo", já que o envolvimento de todos possibilitará em maior escala a formação da cidadania e o desenvolvimento da autonomia escolar.

Como cita Vasconcellos (2004, p. 96) "A participação aumenta o grau de consciência política, reforça o controle sobre a autoridade e também revigora o grau de legitimidade do poder serviço. " Desse modo é necessário criar condições para que todos exerçam a cidadania e que compreendam a importância do papel de cada cidadão diante da sociedade, e um dos primeiros passos para exercer a cidadania é vivenciando a própria autonomia e a responsabilidade de realizar ações para o bem comum em busca da qualidade e do fortalecimento da escola.

De acordo com Gadotti (2010, p. 47) "A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania. A educação para a cidadania dá-se na participação, no processo de tomada de decisão. " Portanto, é necessária a participação efetiva da comunidade escolar para que a educação oferecida na

escola possa atender as exigências das novas gerações, possibilitando o acesso à cultura, à formação do cidadão como sujeito social que exerce sua cidadania.

Nesse sentido, a participação de toda a comunidade escolar nos processos de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico é essencial, pois, se elaborado sem a efetiva participação da comunidade escolar os resultados obtidos na sua execução não serão satisfatórios. As escolas necessitam da participação significativa para a concretização de sua proposta pedagógica.

Segundo Luckesi (2007, p. 15), "Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A cara da escola decorre da ação conjunta de todos esses elementos". Portanto, a administração da escola deve ter a participação efetiva de todos, para alcançar democraticamente os objetivos previstos da escola, os quais visam alcançar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

De acordo com Libâneo et al (2003, p. 330) "Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalha para intensificar seu envolvimento com ela, e, assim acompanhar a educação oferecida". Nessa perspectiva é através da participação que a comunidade envolvida a escola poderá compreender a importância da elaboração dos projetos pedagógicos para buscar um novo rumo à educação. Lück (2010, p. 21) afirma que a participação pode ser caracterizada,

> Pela força da atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhes são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme. (LÜCK, 2010 p. 21)

Para se obter uma escola democrática é necessário compartilhar as decisões, as conquistas e também os fracassos. É integrar todos os membros da escola, visto que a gestão democrática é um elemento fundamental para alcançar a qualidade da educação:

> Tem-se como indicativo que para uma gestão democrática na escola é necessário um trabalho coletivo, o que não é meta fácil de atingir. A condução de processos que conduzam a um novo processo decisório responsável e comprometido neste trabalho coletivo, entendida como gestão democrática, poderá ser um dos caminhos para que a escola se insira num processo pedagógico eficiente orientado para a qualidade e eficácia da educação desejada para todos. (ROSENAU, 2002 p. 07)

Relacionando a ação docente com o Projeto Político Pedagógico, percebe-se que os profissionais da educação devem estar preparados para atuarem na elaboração do projeto político pedagógico assim, como toda comunidade escolar. Os docentes devem ser gestores das suas práticas pedagógicas comprometendo-se e responsabilizando-se pela ação educativa

mostrando os caminhos e dando subsídios para que os educandos possam construir seu próprio conhecimento para exercer sua cidadania.

Em decorrência de um compromisso profissional assumido, considera-se cabível lembrar neste momento o aspecto legal que abrange a necessidade do docente está associado a construção do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar da qual faz parte. Na LDB 9.394/96, ressalta sobre a participação dos professores na elaboração do Projeto Político Pedagógico como uma das primeiras incumbências que deve ser compreendida como expressão da relevância e do significado que esse instrumento de planejamento participativo precisa ocupar no conjunto das ações docentes.

Com isso, vale destacar os quatro pilares da educação, documento da UNESCO:

> O conceito de educação é firmado em quatro Pilares são eles: pilares que são: aprender a conhecer aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Estes são itens fundamentais para a transmissão da informação e da comunicação adaptada à sociedade. A prática pedagógica deve prever a formação contínua, levando em conta os quatro pilares, Não se deve, focar somente no "aprender a conhecer" e "aprender a fazer", pois acaba sendo recorrente dentro das instituições de ensino. (DELORS, 2012 p. 89-101)

A participação dos alunos na elaboração do Projeto Político Pedagógico, é indispensável como citam Sousa e Corrêa (2002, p. 60) “o corpo discente não pode ser encarado apenas como o beneficiário da ação de construção do projeto pedagógico, mas também como participante da sua elaboração”. Desta forma, os alunos, devem estar envolvidos em maior número possível, se constituindo em sujeitos do próprio processo educativo, contribuindo com suas percepções e leitura da realidade, com seus desejos e expectativas para tornarem-se sujeitos críticos e reflexivos.

Na construção do Projeto Político Pedagógico, os pais devem ser vistos como portadores de significativas contribuições para a elaboração desse instrumento de planejamento educacional, contribuições estas que resultam de experiências de vida, de percepções de mundo, de homem e de sociedade, por seus engajamentos vivenciados na comunidade em favor de causas que vão desde a reivindicação pelo auxílio de necessidades coletivas imediatas, até o comprometimento pelo advento de uma sociedade sem desigualdades sociais, aprofundada na justiça e na solidariedade.

Gadotti (2010, p. 52), destaca que; “O grande desafio da escola pública está em garantir num padrão de qualidade (para todos) e ao mesmo tempo respeitar a diversidade local. ” Com isso surge a necessidade da união entre todos que fazem parte da comunidade escolar, para se chegar a uma escola popular que consiste em um espaço público, que favorece

a valorização de sua cultura, e que reconheça seu papel, sua função social, seus fins e os desafios na contemporaneidade.

Sobre o aspecto participativo na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, Veiga (2002) destaca que:

> O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais na escola. (VEIGA, 2002, p. 13)

Para que o Projeto Político Pedagógico se constitua em efetivo mecanismo a partir do qual a escola avance na edificação da sua autonomia, a sua elaboração deve ser precedida de um diversificado trabalho de sensibilização dos atores escolares, predispondo-os para a necessária certificação da importância de um Projeto Político Pedagógico construído coletivamente. Sem essa sensibilização a elaboração desse instrumento de expressão e concretização da autonomia escolar poderá ficar comprometida, uma vez que tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo, irá faltar a considerada participação que é necessária para a ocorrência da ação coletiva da qual deverá brotar o Projeto Político Pedagógico.

4 A PRÁTICA EDUCACIONAL DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A prática educativa foi durante muito tempo centrada no professor que se destacava como transmissor de conteúdo, que ao final do semestre ou ano letivo seria cobrado dos educandos na forma de uma avaliação que exigia destes, a memorização e reprodução perfeita das respostas desejadas pelo educador, sem nenhuma indagação ou reflexão sobre o que lhes era repassado. Esta forma de ensinar distancia-se totalmente do visa a educação contemporânea que almeja alunos que critiquem, questionem e apresentem novas formas de conhecimentos.

Hoje não se procura mais professores que reproduza na sala de aula conhecimentos adquiridos nas academias, ou que sejam meros reprodutores dos livros didáticos, mas um professor que construa conhecimentos em sintonia com os alunos. Que vá além dos conhecimentos das disciplinas, que se dedique a conhecer a real situação de seus alunos. Neste sentido, Libâneo afirma que:

> [...] o professor medeia à relação ativa do aluno com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando o conhecimento, a experiência e o significado que o aluno traz à sala de aula, seu potencial cognitivo, sua capacidade e interesse, seu procedimento de pensar, seu modo de trabalhar[...]. (LIBÂNEO 2002, p. 29)

Desta forma, o conhecimento de mundo do educando deve ser respeitado e levado em consideração no processo de ensino aprendizagem. A prática docente deve basear-se em mediar o conhecimento para que os educandos desenvolvam suas habilidades, e sua capacidade de pensar de forma crítica. Neste processo é preciso que o professor repense sua pratica em sala de aula, levando em consideração todos os requisitos importantes para formação do educando, como o contexto social, cultural e cognitivo de sujeitos que visam o processo ensino aprendizagem.

Uma educação de qualidade deve estar ligada à igualdade e à inclusão, pois desta maneira a escola está refletindo sobre o processo de construção do ensino de qualidade. São essas duas palavras que o sistema de ensino deve trabalhar sempre: “igualdade e inclusão”; igualdade porque todos são iguais perante a lei, e no ambiente escolar não deve ser diferente, por essa e outras razões que existem leis que asseguram que todos devem ter direitos à educação, promovendo a inclusão, tornando-se presente e aceita no contexto escolar e na sociedade em geral.

Assim, no ato de planejar o educador reflete sobre sua prática, sobre os benefícios desta para seus alunos. Zabala (1998, p. 45), fala que “a reflexão sobre a própria atividade

permite que se tome consciência da atuação. [...], não basta repetir um exercício sem mais nem menos. Para poder melhorá-lo devemos ser capazes de refletir sobre a maneira de realizá-lo e sobre quais são as condições ideais de seu uso. [...]". Como cita o autor, o planejamento leva o educador a tomar consciência do que deseja com a atividade proposta. O planejamento torna-se elemento fundamental no processo, visto que é nesse momento que o educador sistematiza ações reais com base nas necessidades do PPP, desta forma o planejamento é visto como um eixo de suma importância no desenvolvimento do ambiente escolar e também na pratica dos professores.

Como diz Freire (1996, p. 39), "[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. " Com a insurgência das tecnologias, o fazer do professor deve estar voltado para a realidade dos alunos, para suprir necessidade do seu dia a dia sem suprimir sua eficácia para o futuro destes. O fazer educacional é uma prática complexa e exige saberes diversos, desta forma o professor precisa planejar suas ações visando o cotidiano dos alunos, trabalhar de forma que o conhecimento apreendido seja útil para a vivência imediata dos educandos e ao mesmo tempo sejam prolongados e tornem-se parte da vida de cada um.

Neste sentido, Fraiman destaca que:

> O processo de construção da identidade e da autonomia depende em boa parte das interações socioculturais que acontecem na escola e da vivencia dos vínculos que são construídos nesse ambiente, conhecer melhor nosso aluno pode nos ajudar na construção de relações acolhedoras, sadias, motivadoras e inspiradoras. (FRAIMAN, 2013 p. 60)

Desta forma, a prática da sala de aula deve ser vinculada a socialização de conhecimentos, de respeito aos saberes dos alunos, ao comprometimento do educador com a aprendizagem. "Saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando e, na prática, procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante. " (FREIRE 1996, p. 62)

Diante do exposto, cabe ressaltar que o empenho dos professores na construção do PPP, que confiram unidade e coerência à prática educativa escolar torna claro que a preocupação com as práticas escolares se desloca atualmente da especificidade metodológica para questões mais abrangentes, relacionadas ao modelo paradigmático que sustenta a estrutura organizacional da escola. Na opinião de Libâneo (2008. p. 31), a escola pode assumir diferentes perfis: "o estilo de gestão adotado pela direção influência as interações

entre as pessoas (professores, alunos, funcionários), determinando as mais variadas práticas e formas de relacionamento. ”

É importante inicialmente entender que a construção do PPP consiste em permitir uma mudança de concepção sobre a escola pública, em que passa de “aparelho burocrático do Estado” para uma escola que reflete as conquistas da comunidade. (GADOTTI, 1994 p. 34). A construção do Projeto Político Pedagógico envolve várias diversidades, então é preciso saber com qual tipo de público lidar, que tipo de alunos deve-se querer e ter. São vários questionamentos que surgem e que é necessário ter a resposta para solucionar os problemas que surgirão no decorrer dos anos, por essa razão que as decisões que forem tomadas em relação à gestão escolar devem ser comunicadas a todos os envolvidos.

Ressalta-se ainda a necessidade do aluno ser o sujeito da sua aprendizagem, que participa do processo de tomadas de decisões que diz respeito à escola, que por sua vez são decisões sobre sua vida enquanto sujeito. É importante relatar que nos anos iniciais no ensino fundamental é de suma importância a participação da comunidade escolar para a melhoria da qualidade de ensino. A partir disso, todos os segmentos da comunidade podem compreender o funcionamento da escola e, dessa maneira podem acompanhar o desenvolvimento da educação oferecida. Ao discorrer sobre o papel do professor na construção do PPP, Carvalho relata que:

> O projeto político-pedagógico pode ser considerado como a carteira de identidade da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. (CARVALHO, 2004. p. 156)

Isso significa que a nova realidade histórica demanda conhecimentos alicerçados cientificamente, significa também colocar a discussão sobre o papel da escola e do PPP que ela representa, sob enfoque diferente daquela que, em anos passados, questionava apenas o papel da educação escolarizada.

O aspecto crucial da crise escolar atual, é que todos concordam com a necessidade de promover mudanças estruturais que influenciem a totalidade das relações pedagógicas. Ou seja, entendem que é necessário conceber a escola com base em um novo paradigma que ao revolucionar as concepções de conhecimento e a visão de mundo, expressa uma nova lógica ao ensino e aos elementos da prática pedagógica. Neste processo o professor assume valor importante na elaboração de novos fazeres educativos (SANTIAGO, 2002).

Destaca-se a convicção de que é preciso gestar um novo Projeto Político Pedagógico para a ação educativa escolar, uma vez que o modelo conceitual que sustenta a

organização e a dinâmica da escola brasileira esgota-se atualmente, pelo distanciamento da realidade, tornando o processo de ensino inadequado até mesmo para a reprodução da ordem social.

Essa expectativa em relação à escola exige dos professores vigilância permanente em relação a sua qualificação na formação continuada, visto que se espera uma escola reorganizada com nova concepção de conhecimento, operando com teorias de aprendizagem e formas de organização do ensino que superem as práticas pedagógicas centradas na memorização e na reprodução de informações (VEIGA, 1995).

Nesta perspectiva, é preciso que a organização coletiva dos professores na construção de propostas pedagógicas esteja pautada em concepções claras, que insiram as práticas pedagógicas em projeto histórico assumido consensualmente pelo grupo, porque emanado da compreensão construída na análise da conjuntura social e na comunicação de argumentos dos agentes que instituem as relações escolares.

5 ESCOLA CAMPO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A presente investigação objetivou analisar a prática dos professores junto ao Projeto Político Pedagógico em uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Chapadinha – MA, foi desenvolvida por meio de um estudo de caso. O estudo de caso caracteriza-se como pesquisas de alguns pressupostos teóricos que buscam retratar a realidade de maneira total, utilizando diversas fontes informativas, obtidas em diferentes etapas, como por exemplo, a observação direta (LAKATOS MARCONI, 2006). Diante disso, o estudo de caso constitui-se como uma estratégia de pesquisa importante para a investigação desde estudo.

A escola campo chama-se Unidade Integrada Sebastião Rodrigues Lobo, situada na Travessa Coelho Neto, Bairro Caterpillar. Foi fundada em dezembro de 1993, na gestão do ex-prefeito Osvaldo Lobo. A escola referida oferece a modalidade de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, nos turnos matutino e vespertino.

Quanto à estrutura física, a escola dispõe de 1 sala para diretoria, 9 salas de aula, 1 área livre, 1 sala de informática, 3 banheiros, 1 depósito e 1 cantina, todos em condições adequadas de uso. Em relação à organização administrativa e pedagógica, a escola possui um quadro de 32 funcionários: 1 diretora, 1 assistente de direção, 1 instrutora pedagógica, 1 agente administrativo, 6 auxiliares de serviços gerais, 3 vigias e 18 professores (CHAPADINHA, 2014). A escola possui os seguintes materiais de uso permanente: TV, microssystem, caixa de amplificada, microfone, DVD, notebook, data show, mesas, cadeiras e armários.

5.1 Tipo de pesquisa

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Para obtenção de dados deste trabalho, optou-se pela observação de práticas pedagógicas na instituição escolar e posteriormente pela pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, pesquisa em internet e documentos legais da educação nacional.

5.2 Instrumentos de coleta de dados

Para a coleta de dados optou-se pela base qualitativa. Creswell (2010, p.43) define a abordagem qualitativa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. O instrumento de coleta de dados utilizados foram questionários compostos de 06 perguntas abertas e fechadas, além de conversas informais com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Por questionário, “entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (GIL, 2002. p. 14). Dessa maneira, o trabalho foi realizado de forma acolhedora e compreensiva.

5.3 Universo e amostra

Os sujeitos entrevistados foram os seguintes: 04 professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 01 gestora, 01 coordenadora pedagógica e 10 pais e/ou responsáveis de alunos.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Com o intuito de facilitar o demonstrativo dos dados coletados optou-se por transcrever as respostas obtidas para tabelas. Os questionários aplicados se configuram como abertas e fechadas, os sujeitos entrevistados foram os seguintes: 04 professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 01 gestora, 01 coordenadora pedagógica e 10 pais e/ou responsáveis de alunos. Para manter em sigilo a identidade dos sujeitos entrevistados, nesse trabalho não se utilizou seus respectivos nomes, mas as letras do alfabeto para caracterizá-los. Como se pode ver nas tabelas a seguir.

Tabela 1: Questionário aplicado as professoras. A escola possui um Projeto Político Pedagógico?

"A"	Sim, o planejamento.
"B"	Sim, o marco situacional e avaliação
"C"	Sim, o planejamento.
"D"	Sim, o planejamento.

O primeiro questionamento foi realizado com a intenção de saber sobre a existência de um PPP na escola, sendo assim, as 04 (quatro) professoras responderam afirmativamente, e destacaram como elemento principal, o planejamento. E apenas 01 (uma) professora cita o marco situacional e avaliação, que em sua fala "serve para entender a situação do meio em que a escola está inserida e a avaliação é quesito importante para o bom andamento das atividades escolares.

É importante ressaltar, nesta análise inicial que a proposta política pedagógica precisa converter-se em um instrumento que conduza o estudante a um diálogo criativo com as dúvidas e interrogações do tempo, que se configura como condição necessária para formação cidadã. Sendo assim, o PPP da escola deve contemplar em seu marco referencial essa proposta. Não se pode ignorar a urgência da universalização da cidadania.

O planejamento é um dos principais elementos do PPP. É imprescindível que a escola conquiste sua autonomia sem a existência deste documento, pois conforme acrescenta Veiga (1995), o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta que demonstra o que será realizado, em que momento, de que forma e por quem, para alcançar resultados, por isso implica na valorização do perfil da escola, atribuindo responsabilidades a todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Tabela 2: Qual a relevância do Projeto Político Pedagógico para sua prática educacional?

"A"	É um documento importante
"B"	É inacessível
"C"	Pouco utilizado
"D"	Não tenho contato com o PPP da escola

Quando indagados sobre a relevância do PPP, todos os professores foram unânimes em afirmar que sabem que o documento é de extrema importância para suas práticas. Entretanto, revelaram que "é inacessível e pouco utilizado". Pelas respostas coletadas verificou-se que há uma contradição entre o que estes sabem e reconhecem como importe para o bom desenvolvimento de seu trabalho. Pois ao afirmar que o PPP, é um documento importante, porém não o utilizam como norteador de seu trabalho, os professores evidenciam que o PPP da escola em nada serve para o desenvolvimento de suas práticas evidenciado desta forma que o documento referido da escola foi elaborado simplesmente para atender uma exigência burocrática e não para beneficiar o processo educativo. Sobre esta questão Freitas et al, 2004 p. 69 destaca que;

> O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma.

Tabela 3: Você participou na elaboração do PPP da escola?

"A"	Não
"B"	Não
"C"	Não
"D"	Não

Em relação ao processo de elaboração do PPP, todos os professores afirmam que não há participação direta deles na excursão do documento. Geralmente o Projeto Político Pedagógico é elaborado pela gestão e coordenação pedagógica, posteriormente apresentado aos professores, a fim de que possam contribuir com suas opiniões e acréscimos. Segundo Vasconcelos, o Projeto Político Pedagógico:

> Atribui competências e habilidades a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo respeitando-se os limites de seus processos de desenvolvimento a diversidade e a singularidade de suas possibilidades. Construir autonomia, espirito de cooperação, reciprocidade. Produzir conhecimentos e criar relações positivas e democráticas entre todos os segmentos envolvidos. (VASCONCELOS, 2000 p. 162)

O autor reforça a ideia da construção consensual e coletiva do PPP, requisito fundamental para construção deste importante texto para auxiliar o desenvolvimento do

processo educativo. Outro aspecto relevante é que, não se pode deixar esquecer de atribuir competências e habilidades aos professores, entendidos como principais sujeitos do processo. É necessário respeitar a diversidade de todos os agentes envolvidos no processo, promover a participação, estimulá-los a participar e permanecer durante e depois da execução das atividades.

Tabela 4: Há uma avaliação periódica do projeto político pedagógico da sua escola?

"A"	Não
"B"	Não
"C"	Não
"D"	Não

Quando foram indagados sobre esta questão, houve um consenso de opiniões ao declararem que "existe apenas avaliação periódica da aprendizagem dos alunos", verificou-se pelas respostas que os professores ainda permanecem conscientes de que suas práticas exigem uma atenção pedagógica avaliativa e quantitativa. Na compressão deles, o que o educando transfere em termos de conhecimento, é o que foi incorporado como respostas das atividades propostas no cotidiano escolar.

Contrapondo a opinião dos professores sobre esse assunto, o PPP da referida escola aponta que:

> Através de uma avaliação autentica e continua, o professor pode exercer sua atividade com amorosidade crítica, localizando onde está o problema e lutando para superara-lo, cumprindo a função radical da avaliação de aumento de potência e de vida dos educandos e educadores. A realização do acolhimento e da socialização dos alunos pressupões o enraizamento da escola na comunidade. A interação entre equipe escolar, alunos, pais e outros agentes educativos possibilitam a construção de projetos que visam a melhor e mais completa formação do aluno. (CHAPADINHA, 2014, p. 22)

Nesta concepção, o relacionamento entre a escola e a comunidade deve ser intensificado, promover a integração nos variados espaços educacionais existentes na sociedade, com o objetivo de criar ambientes culturais diferenciados que contribuam para a construção do conhecimento e para o aprendizado da convivência social.

Tabela 5: Sabe-se que o plano de ação é o resultado da avaliação do PPP. Considerando essa afirmativa, quais as principais dificuldades apontadas e como a escola trabalha para a superação dessas dificuldades?

"A"	O PPP é desvinculado da realidade
"B"	A comunidade não participa

“C”	Falta de recursos didáticos para as aulas
“D”	Falta a participação da comunidade

Quanto a este aspecto importante do PPP, os professores declaram o seguinte: “PPP desvinculado da realidade, falta de participação da comunidade em sua elaboração e falta de recursos didáticos para a execução das aulas”. Entretanto, apesar dos obstáculos apontados pelos professores sobre o assunto, todos demonstraram interesse em superá-los, procurando inserir métodos e recursos alternativos às suas práticas, a fim de promoverem a qualidade de ensino e aprendizagem. Diante da realidade apresentada, demonstraram-se compromissados e otimistas.

Sobre esta questão, vale frisar o seguinte: o envolvimento dos pais na escola configura-se como fator bastante positivo, porque revela aos alunos a importância da aprendizagem e do desempenho escolar. A participação da comunidade auxilia na redução dos conflitos das escolas com os pais, podendo melhorar ainda mais o espaço escolar. (COMER, 1984).

Em suas falas, alguns professores apontaram também, a contribuição da supervisão na elaboração do Projeto Político Pedagógico de extrema importância e fundamental para a elaboração e implementação eficaz do documento, e salientaram também que, deve haver maior envolvimento principalmente dos professores na elaboração do documento.

Destacou-se que a participação da comunidade escolar (pais), não é plena, não tem conhecimento do projeto da escola na qual os filhos estão matriculados. De acordo com as observações foi possível perceber que a família não participa do processo de gestão escolar, por exemplo. Este fato se desvincula da proposta de construção da efetivação do projeto pedagógico, pois conforme ressalta Macedo (1994, p. 199 apud SOARS 2010, p. 17) “Com a participação da família no processo de ensino aprendizagem, a criança ganha confiança vendo que todos se interessam por ela, e também porque você passa a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos da criança”.

Observa-se a importância da família em acompanhar o cotidiano escolar de seus filhos, percebendo dessa maneira, os avanços e retrocessos existentes no processo de escolarização, sendo capaz de interferir no referido processo estimulando seus filhos na organização, pontualidade, assiduidade e outros aspectos que melhorarão seus desempenhos e proporcionem melhores resultados no ambiente escolar.

Tabela 6: Seu plano de ensino é elaborado de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola?

“A”	Não, e sim na realidade sociocultural da sala
“B”	Não
“C”	Não
“D”	Não

Esta questão revelou um ponto muito interessante da pesquisa, pois apesar de todos os professores revelarem os conhecimentos do PPP, e não terem participado diretamente da construção do documento, destacaram sua importância, entre outros, todos foram unânimes em afirmar que seu plano de ensino não é elaborado de acordo com o PPP da escola em que atuam, e sim, na realidade sociocultural da sala de aula.

Há portanto, um paradoxo entre teoria e prática, no que se refere ao Projeto Político Pedagógico e o fazer pedagógico. Pôde-se verificar que, apesar da escola possuir um PPP, no entanto, o documento encontra-se desarticulado das práticas docentes, ou seja, contraditório aos ideais contidos no seu texto, encontra-se desatualizado e não corresponde ao perfil atual da escola.

Isso significa que a inexistência de um PPP atualizado pode originar falhas no processo de ensino (MARTINS, 2002). É necessário que esta importante ferramenta esteja passando por constantes avaliações, revisões e atualizações, no intuito de se adequar à realidade escolar.

Em relação a aplicação dos questionários, aplicados à gestora e à coordenadora pedagógica organizou-se as informações obtidas da seguinte forma: primeiramente destaca-se os questionamentos numerados, em seguida as respostas correspondentes a cada pergunta, como se pode ver a seguir.

Tabela 7: Questionário aplicado a gestora

Perguntas	**Respostas**
1-A escola possui um PPP? Em caso afirmativo, quais elementos estão inseridos no mesmo que contribuir na sua prática.	Sim. O compromisso e responsabilidade
2-Qual a relevância do PPP da sua escola?	É de extrema importância, apesar de estar defasado.
3-Nas reuniões com os pais é falado sobre o PPP?	Sim. O aprender e o fazer do aluno

Em caso afirmativo aponte quais os aspectos que são discutidos.	
4-Que ações são desenvolvidas para incentivar a participação dos pais nas tomadas de decisões na escola?	Palestras, reuniões e datas comemorativas.
5-Você considera o PPP um instrumento democrático de participação. Aponte algumas ações que evidenciam essa prática democrática	Sim. Sugestões e opiniões,
6-Na sua concepção quais ações podem ser desenvolvidas para melhorar a implementação do Projeto Político Pedagógico da escola?	Despertar no educando noções de limite e capacidade de reflexão, promover ações sobre conscientização dos direitos e cidadania.

No primeiro questionamento, a gestora da escola pesquisada respondeu positivamente, e destacou que elementos como compromisso e responsabilidade podem contribuir para a prática que ela desenvolve na escola. Frisou ainda, que o trabalho exige envolvimento de toda a comunidade escolar no processo educativo. A fala da gestora coincide com a opinião de Busman (2002, p. 37) ao enfatizar que a implantação do PPP "exige o esforço conjunto e a vontade política da comunidade escolar consciente da necessidade e da importância desse processo para a qualificação da escola [...]".

Sobre esta questão, vale ainda ressaltar a qualificação da prática, que deve ser consciente, e também compreender que os resultados não são obtidos imediatamente. É necessário entender, por exemplo, quais os pressupostos e as razões do Projeto Político Pedagógico, de sua necessidade e do desafio que apresenta.

Quando indagada sobre a segunda questão, a gestora respondeu que o documento é de extrema importância, mas destaca que o documento se encontra desatualizado. Diante dessa opinião, ressalta-se que para ser renovador, o Projeto Político Pedagógico deve renovar-se constantemente, caso contrário, estará negando-se a si próprio. Tão essencial quanto construir um PPP próprio é cultivá-lo como fonte de inspiração criativa e crítica, não como depósito estático de ideias ou pretexto corporativista de autodefesa contra críticas e divergências (BUSMMAN, 2002).

Em resposta a terceira questão a gestora destaca que há reuniões com os pais nas quais são discutidos sobre o PPP da escola assuntos como o "fazer e o aprender do aluno" de acordo com a fala da gestora. Neste sentido, mais do que a elaboração do PPP propriamente dito, esse pensamento deve propor uma nova relação no fazer educativo, na medida em que esta passa a ser vista como uma prática reflexiva a que se propõe, por sua vez, a fazer sujeitos práticos e reflexivos (FALKENBACH, 2002).

Neste aspecto, a participação dos pais e responsáveis dos alunos no processo de elaboração do PPP é basicamente imprescindível, pois o referido documento deve externar a identidade real da escola. Sendo assim, a adesão destes a este discurso deve ser compartilhada. A reflexão sobre o planejamento participativo deverá percorrer os pressupostos da proposta referenciada pela escola, ou seja, o PPP deverá possibilitar a vivência da prática reflexiva e democrática e, assim, os pais atuarão no sentido da construção de identidades da escola e dos sujeitos que ela congrega.

Ao responder o quarto questionamento sobre as ações desenvolvidas para incentivar a participação dos pais nas tomadas de decisões na escola, a gestora diz em sua fala que são as "palestras sobre vários temas, reuniões, comemorações de datas comemorativas". Percebeu-se na fala da gestora que a escola ainda mantém um padrão participativo tradicional dos pais, em relação a participação deles no processo de elaboração do PPP da escola, onde seus filhos estudam. Essa postura na visão de Marques revela que:

> Desde seu sentido original, a escola surge como lugar em separado e tempo reservado, livre das injunções diretas e imediatas da vida cotidiana, para o necessário isolamento e distanciamento em que a nova geração possa tomar consciência e preparar-se para as incumbências ou regalias próprias de seu grupo social. A medida que a sociedade faz-se mais complexa e internamente diferenciada, não bastam as aprendizagens generalizadas e difusas que garantiam estabilidade e a continuidade de seus agrupamentos. (MARQUES, 2002 p. 143)

Na visão do autor, o contexto atual exige princípio organizativo mais amplo, e a escola passa, então, a ser institucionalizada na esfera dessa sociedade abrangente, acrescentando-se ao seu caráter simbólico e intencional, a constituição formal da docência mediadora, instigadora da participação familiar nas decisões inerentes à educação de seus filhos. Não se restringe apenas à sistematização das aprendizagens próprias dos diferentes tempos e lugares sociais e a dotação de recursos que a façam eficaz para os objetivos a ela atribuídos.

Em resposta à quinta questão, a gestora respondeu positivamente e acrescentou que "cada agente envolvido no processo educativo pode participar democraticamente a partir de sugestões e opiniões, e dessa maneira, garantir um trabalho de qualidade aos educandos".

Com base na opinião da gestora entende-se que no centro de qualquer ideal ou projeto de escola, situa-se a verdade do desejo, não apenas por parte daqueles que formalmente a instituem, mas, sobretudo, por parte dos que a fazem no dia a dia, dando-lhe, vida e efetividade. As práticas que a instituíram e as práticas que a mantém, transformando-a, permanecem em relação com o que ainda não se realizou e com a evocação do possível.

Tomando como referência a opinião de Santiago (1990), como gestores em suas práticas, os professores estarão comprometidos e serão os responsáveis pela ação educativa intencionalmente conduzida pela escola. E nessa perspectiva, é preciso que a gestão e demais agentes educativos construam propostas pedagógicas, que de fato se fazem necessárias em nível da escola e de sistema, e a organização coletiva deve estar pautada em concepções claras, que promovam mudanças intra-escolares, inscrevam as práticas pedagógicas em projetos históricos assumidos pelo grupo.

Ao ser questionada sobre a sexta pergunta, a gestora respondeu o seguinte: "despertar no educando noções de limite e capacidade de reflexão, promover ações sobre conscientização dos direitos e cidadania". A opinião da gestora revela um dos pontos principais da construção de um Projeto Político Pedagógico, que é cultivá-lo como fonte de inspiração crítica, ou seja, deve ser um documento flexível, em constante processo de (re) construção. Assim, ao ser delineado como político, insere-se em seu plano, a questão da sociedade, dos valores, da ética. Não se delimita a um projeto cuja a finalidade é gerar um tipo de "saber" (BUSMANN, 2002). Além disso, na fala da gestora está implícita a ideia que o mundo da educação diz respeito às pessoas e seu contexto sociocultural, aos sujeitos, aos acontecimentos, aos conflitos de liberdade de decisão e condições de vida, tanto em plano individual como coletivo.

Tabela 8: Questionário aplicado à coordenadora pedagógica

Perguntas	Respostas
1-Para você qual a relevância do PPP para as escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Chapadinha?	É importante para o desenvolvimento das escolas que almejam uma educação eficiente e de qualidade.
2-De que forma a Secretaria Municipal de Educação – SEMED contribui para a formação continuada dos professores do município em relação as ações abordadas no Projeto Político Pedagógico?	As ações limitam-se a "encontros pedagógicos entre gestores, especialistas em educação e professores.
3-Você considera que o PPP tem cumprido,	O documento está defasado, porém está em

de fato, sua função nas escolas municipais de Chapadinha?	fase de reformulação.
4-Qual a relação do Projeto Político Pedagógico e ensino de qualidade nas escolas de Chapadinha?	"O Projeto Político Pedagógico é um documento que deve conter metas e prioridades para definir a identidade da escola e indicar caminhos para um ensino de qualidade".
5- Como você costuma resolver as situações de conflitos que ocorrem nas escolas nos anos iniciais do Ensino Fundamental?	Através do diálogo.
6-Quais as principais dificuldades apontadas pelos gestores, educadores e pais de alunos para a elaboração do PPP?	A falta de tempo por parte dos profissionais, da comunidade escolar e pais/responsáveis dos alunos.

Em relação ao primeiro questionamento, a coordenadora pedagógica afirma que a relevância do documento citado "consiste no desenvolvimento das escolas que almejam uma educação eficiente e de qualidade". A entrevistada não se referiu ao PPP como instrumento pedagógico dos anos iniciais e percebe-se na sua fala que o projeto é considerado apenas como uma exigência burocrática.

A ideia da coordenadora contrapõe-se a de Busmann (2002, p. 39), quando afirma que uma das exigências do processo de construção do projeto "é indicar e reforçar a função precípua da equipe diretiva ou supervisora no sentido de administrar e liderar sua consecução, em sintonia com o grupo".

Acompanhando este raciocínio, Libâneo (2008, p. 137), em seu livro "Organização e gestor da escola: Teoria e prática", afirma que "a educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela gestão da escola. " Nesse sentido, entende-se a necessidade de superar as formas conservadoras de organização e gestão. É preciso, portanto, adotar formas alternativas, criativas, de modo que os objetivos sociais e políticos da escola correspondam estratégias adequadas e eficazes de organização e gestão. Neste plano, o papel da coordenadora pedagógica torna-se elementar na proposta e execução do Projeto Político Pedagógico.

Conforme a resposta da coordenadora pedagógica sobre a segunda pergunta, as ações propostas pela Secretaria Municipal de Educação limitam-se a "encontros pedagógicos

entre gestores, especialistas em educação e professores". Segundo ela, "reúnem-se para discutirem sobre as ações previstas no PPP".

Analisando a reposta da coordenadora pedagógica, vale destacar que, sob à luz de estudiosos como Libâneo (2008, p. 145), "a concepção democrática participativa de gestão valoriza o desenvolvimento pessoal, a qualificação profissional e a competência técnica. " Isso significa que a escola é um lugar educativo, espaço de aprendizagem em que todos aprendem a participar dos processos decisórios, entretanto é também o local em que todos os profissionais desenvolvem sua profissionalidade.

Sendo assim, para que haja realmente cumprimento dos requisitos propostos no PPP, a organização e a gestão escolar requer o constante aperfeiçoamento profissional de toda a equipe escolar em vários aspectos. Exercer o papel de coordenador pedagógico implica conhecer bem seu estado real, observar e avaliar constantemente o desenvolvimento do processo de ensino, analisar com objetividade os resultados, fazer compartilhar as experiências docentes bem-sucedidas.

Indagada sobre a terceira questão, a coordenadora destaca que infelizmente o PPP ainda não conseguiu atingir o objetivo almejado. Considerando o já exposto, pode-se afirmar que não restam dúvidas que articular, elaborar construir um Projeto Político Pedagógico próprio, implementá-lo e aperfeiçoá-lo constantemente, de maneira criativa e prazerosa incluindo os vários elementos constitutivos e competências, num processo coletivo, é um grande desafio. (VEIGA, 1995).

Considerando a importância do PPP, torna-se necessário inverter conceitos tradicionais, alterar a lógica que a educação deve visar a dignidade, a qualidade de vida e atrair valores inscritos no projeto da escola. Daí que, ao construir e implementar o Projeto Político Pedagógico, seus agentes devem ter isso claro, definido, explícito, de modo mental da prática pedagógica.

Em resposta a quarta questão, a coordenadora pedagógica afirmou que, "o Projeto Político Pedagógico é um documento que deve conter metas e prioridades para definir a identidade da escola e indicar caminhos para um ensino de qualidade". O confronto das orientações teóricas do PPP e a realidade escolar refletem no cotidiano constantemente. Divergências acerca das posturas pedagógicas dos profissionais da educação não se evidenciam em sua essência, nos exaustivos discursos, mas no âmbito da sala de aula e mais especificamente, na postura de cada educador no dia a dia da escola. Pode-se constatar essa realidade na impotência diante dos problemas educacionais. (FALKENBACH, 2002).

Ao avaliar a resposta da coordenadora pedagógica sobre a referida questão, relação PPP/ ensino de qualidade, constatou-se um descompasso diante da teoria e prática. Em muitos dos casos, esse descompasso não é percebido ou não é revelado, a exemplo de resposta inconsistente da coordenadora, com nitidez e muito menos em suas causas, mas traz o embate entre o sistema instalado e outros que a realidade solicita. A escola luta contra muitas dificuldades, pois está inserida numa sociedade problemática, e entre tantas indefinições e incertezas com o processo educativo, ressalta-se as decepções com os próprios poderes construídos, a raiz teórica de cada professor acaba sendo descaracterizada, e consequentemente, refletindo no ensino de qualidade. (DELORS, 2012)

Ao ser questionada sobre a quinta questão, a coordenadora respondeu categoricamente: "através do diálogo". Parece claro, portanto, o grau de compromisso do profissional, que se destaca a competência para resolver as situações de conflito que ocorrem no cotidiano escolar. Isso pode influenciar no nível de aproveitamento escolar dos alunos.

Sobre a importância do coordenador pedagógico cabe ressaltar:

> O coordenador pedagógico responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino. A coordenação pedagógica tem como principal atribuição e assistência pedagógico-didática aos professores, para se chegar a uma situação ideal de qualidade de ensino (considerando o ideal e o possível), auxiliando-os a conceber, às necessidades educacionais dos alunos. [...] (LIBÂNEO, 2008, p. 219)

Acrescentando a opinião do referido autor, conforme estudos realizados recentemente sobre qualificação profissional docente, o papel do coordenador pedagógico é de monitoração sistemática da prática pedagógica dos professores, principalmente através de procedimentos de reflexão e investigação. Além disso, deve propor para discussão, junto ao corpo docente, o projeto político curricular da instituição escolar.

Quando questionada sobre as dificuldades apontadas pelos responsáveis para a elaboração do PPP, a fala da coordenadora destaca a falta de tempo por parte dos profissionais, da comunidade escolar. Isto foi a principal dificuldade relatada. Destacou ainda que a necessidade de planejamento em conjunto é um dos fatores essenciais para a efetivação do Projeto Político Pedagógico.

Em relação a essa questão abordada torna-se necessário, no que diz respeito aos professores, incentivá-los a melhorar o processo educativo, a refletir sobre as práticas curriculares e metodológicas, para prestarem serviços de melhor qualidade aos educandos. A sobrecarga de trabalho pode caracterizar a "falta de tempo" declarada pela entrevistada.

A respeito desta realidade, Libâneo ressalta:

> É verdade que a profissão do professor vem sendo muito desvalorizada tanto social quanto economicamente, interferindo na imagem da profissão. Em boa parte, isso se deve às condições precárias de profissionalização – salários, recursos materiais didáticos, formação profissional, carreira – cujo provimento é, em boa parte, responsabilidade dos governos. [...] (LIBÂNEO 2008 p.76)

Porém, desses aspectos expostos às condições de trabalho e a desvalorização social da profissão de professor, de fato prejudicam a construção da identidade dos futuros professores. E participação dos pais/responsáveis na organização e gestão da escola, torna-se exigência, pois corresponde a novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas práticas de descentralização e autonomia.

Tabela 9: Questionário aplicado aos pais ou responsáveis dos alunos. Você sabe o que é Projeto Político Pedagógico?

"A"	Não
"B"	Não
"C"	Não
"D"	Não
"E"	Não
"F"	Não
"G"	Não
"H"	Não
"I"	Não
"J"	Não

Em relação a este primeiro questionamento, todos os pais e/ou responsáveis dos alunos responderam que desconhecem a existência de tal documento na escola, onde seus filhos estudam. O que se contrapõe a fala da gestora quando a mesma cita na terceira pergunta do questionário destacado na tabela 07, que há reuniões que são discutidos com os pais e/ou responsáveis de alunos sobre o PPP da escola. Desta forma percebe-se um paradoxo na fala da gestora com o que os pais e/ou responsáveis de alunos destaca saber sobre o PPP. Sobre esse fato, é importante que a família não só tenha conhecimento do documento, mas também participe da elaboração de seu conteúdo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, Nº 9.394/96, em seu Artigo 14, declara:

> Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
> I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;
> II – Participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996 p. 30-31)

De acordo com a referida lei, a escola deve favorecer a transformação grupal através do incentivo à participação, respeito mútuo, diálogo e engajamento nas ações propostas no PPP. Desse modo, garantirá o acesso e permanência com êxito. Deve-se, portanto, conscientizá-los de que o PPP implica na construção e valorização da identidade e autonomia da escola.

Tabela 10: Você costuma participar das decisões da escola do seu filho?

"A"	Não
"B"	Não
"C"	Não
"D"	Não
"E"	Não
"F"	Não
"G"	Não
"H"	Não
"I"	Não
"J"	Não

Quanto à participação nas decisões da escola, foi constatado que a família não participa ativamente dos processos decisórios da escola onde seus filhos estudam. Verificou-se que a participação não ocorre de forma plena, pois de acordo com o questionamento e as observações realizadas na escola, eles participam apenas de eventos, datas comemorativas e algumas vezes em reuniões de pais e mestres. O que não é suficiente para caracterizá-los como participantes das decisões da escola. Porém a gestora da escola ao ser indagada sobre as ações desenvolvidas para incentivar a participação dos responsáveis, na tabela 7 questão 4, destaca como ações, reuniões palestras e festividades, o que demostra uma contradição no modo de compreender o que de fato é a participação escolar na fala de ambos os entrevistados.

A família desempenha papel importante na formação dos sujeitos. Desse mesmo modo, a escola constitui-se como uma instituição essencial para a formação do conhecimento

cognitivo e também da personalidade. Neste sentido, faz-se necessário que a escola se adéque às profundas transformações que vêm ocorrendo na sociedade, e principalmente, no campo da educação. (BRASIL, 1998).

Tabela 11: Seu filho tem demonstrado que realmente está aprendendo os conteúdos trabalhados na escola?

"A"	Sim
"B"	Sim
"C"	Sim
"D"	Sim
"E"	Sim
"F"	Sim
"G"	Sim
"H"	Sim
"I"	Sim
"J"	Sim

Quando foram indagados sobre este assunto, todos declararam satisfeitos em relação à postura do professor em sala de aula, quando se trata da aprendizagem dos seus filhos. Neste contexto, vale salientar o papel fundamental que o professor desempenha para a promoção dos objetivos planejados. Sobre a atuação do professor, Santiago (1990) esclarece que: "O professor deve atuar explicitando conceitos, ampliando espaços de fala considerando opiniões e fazendo desse processo ponto de referência na tomada de decisões, assim o projeto escolar poderá superar a tecnocracia que descaracteriza a participação […]" (SANTIAGO, 1990 p. 172).

Isso significa que é importante transformar a escola em um espaço democrático, capaz de compartilhar decisões, conquistas e fracassos. Significa ainda integração de todos os sujeitos da escola, porque a participação da comunidade nas decisões durante muito tempo foi restrita. Entretanto, essa postura não é mais aceitável no contexto educacional atual, visto que a participação se configura como elemento essencial para alcançar a qualidade do ensino e aprendizagem.

Tabela 12: A escola promove muitas atividades?

"A"	Não, só festas comemorativas
"B"	Não, mais é reuniões sobre a Bolsa Família.

“C”	Não, apenas festinhas.
“D”	Não
“E”	Não, só festas comemorativas.
“F”	Não, mais há necessidade.
“G”	Não
“H”	Não, porém a escola precisa.
“I”	Não, mas deveria ter além das festinhas.
“J”	Não, somente para assinar boletim escolar

Neste quesito, a escola precisa, segundo a fala de todos os entrevistados, promover atividades diversificadas que envolvam a participação dos familiares. A escola não promove muitas atividades, e conforme resposta coletada, quando acontecem, restringe-se às atividades corriqueiras já mencionadas anteriormente. O que de acordo com a fala da gestora na tabela 07, questão quatro, essas são as atividades proporcionadas pela escola para incentivar a participação da comunidade, no entanto percebe-se que a comunidade espera que escola desenvolva mais atividades. O que ficou claro nas entrevistas é que os pais não reconhecem as atividades mencionadas pela gestora como uma oportunidade de participação, pois os mesmos declaram que nestas ocasiões que são chamados na escola, apenas vão como espectadores, ouve ouvir palestras ou assinar boletins.

Diante disso, faz-se necessário que gestor, coordenadora pedagógica e professores assumam a responsabilidade de promover atividades que incentivem a participação da comunidade, pois se sabe que um trabalho executado coletivamente oportuniza a troca de saberes e experiências, favorecendo assim, o processo de ensino aprendizagem (LÜCK, 2010).

Tabela 13: Se você pudesse o que mudaria na escola do seu filho?

“A”	A escola deveria trabalhar sobre ética
“B”	Adequar os conteúdos há realidade
“C”	Promover atividades recreativas
“D”	Trabalho de informática.
“E”	Trabalhar conceitos como companheirismo e atenção.
“F”	Trazer os conteúdos dos livros para a realidade.
“G”	Trabalho de informática.

“H”	Promover atividades recreativas
“I”	A escola deveria trabalhar sobre ética.
“J”	A escola deveria trabalhar sobre ética.

De maneira sucinta, os pais declararam que a escola deveria trabalhar conceitos como “companheirismo, ética e atenção”, além disso, sugeriram que trabalhos com informática, adequação dos conteúdos dos livros didáticos à realidade e promover atividades recreativas, por exemplo.

Ficou evidente na fala dos pais e/ou responsáveis, uma discreta preocupação em relação às atividades desenvolvidas na escola, é importante destacar que a docência competente se configura na prática persistentemente inquirida pela reflexão pessoal e pelo discurso argumentativo na comunidade, da profissão, de forma a tornar-se práxis de vida. Significa que ela não é realizada, por outra parte, senão na referência e no confronto da aprendizagem dos alunos. Trata-se de reinventar, em cada situação para a comunidade, os conceitos com que operarão professores e alunos, sobre os temas por eles colocados à mesa comum da discussão (MARQUES, 1998).

Tabela 14: Em sua opinião, os professores têm contribuído satisfatoriamente na aprendizagem do seu filho?

“A”	Sim, meu filho está aprendendo.
“B”	Sim, são atenciosos com os alunos.
“C”	Sim, mas podem melhorar.
“D”	Não, meu filho tem dificuldades em aprender.
“E”	Sim, demonstram interesse em ensinar.
“F”	Sim, eles dão atenção aos alunos.
“G”	Sim, são esforçados.
“H”	Sim, sempre chamam atenção para o que precisa ser melhorado.
“I”	Sim, minha filha não sabia ler quando começou a estudar lá, agora já sabe.
“J”	Sim, meu filho tem demonstrado um bom desempenho.

Na maioria da opinião dos entrevistados, os professores desempenham satisfatoriamente as expectativas dos pais em relação à aprendizagem dos seus filhos assim como afirmaram no terceiro questionamento destacado na tabela 11. Porém há um dos

entrevistados que se contrapõe entre os dois questionamentos quando na tabela 11, afirma está satisfeito com a aprendizagem do filho, no entanto na tabela 14 revela que seu filho tem demostrado dificuldades no processo educativo.

De acordo com a resposta da maioria dos entrevistados todos os professores trabalham interdisciplinarmente superando a costumeira percepção da sala de aula, em que cada professor responsável por uma disciplina isolada das demais depositava seus conhecimentos acerca de conteúdos particulares, e o currículo não era senão uma grade utilizada para delimitar as responsabilidades e competências (LÜCK, 2010).

Nessa outra forma de entendê-la, a dinâmica desenvolvida fundamenta-se na comunicação criadora de valores e normas e na seleção dos recursos e instrumentos mais adequados. Assim, a visão positiva dos pais acerca dos professores contribui significativamente para o encadeamento e desenvolvimento das atividades escolares propostas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico tem como finalidade promover a autonomia da escola e destacar a identidade da comunidade educativa, através de seu planejamento e execução realizado coletivamente, ou seja, este importante documento pode contribuir positivamente assegurando assim, a oportunidade de todos os membros da instituição obterem maior êxito nos objetivos almejados para as ações pedagógicas recorrentes no cotidiano.

A realização deste estudo oportunizou uma compreensão da concepção dos professores, gestora, coordenadora pedagógica, pais ou responsáveis de alunos sobre a importância da construção e implementação concreta do PPP, e como ocorre as ações contidas no documento em prática. Pela pesquisa realizada na escola campo constatou-se a existência do PPP, entretanto, percebe-se que há uma aparente dificuldade dos sujeitos da escola em compreender como lidar com as informações contidas no documento, sobretudo com os indicadores e fluxo de rendimento.

A partir dos primeiros levantamentos de dados pode-se perceber já de início a complexidade que se dar ao abordar o tema. Nos trabalhos analisados para aprofundar e enriquecer a compreensão do leitor sobre a importância e necessidade do PPP nas escolas, constatou-se que embora o tema seja muito recorrente e exista diversos trabalhos abordando essa temática ainda há o desconhecimento por parte de muitos sobre a sua verdadeira função no contexto escolar.

De acordo com Veiga (2002), o PPP é o norteador das ações concretas da escola. O trabalho pedagógico deve estar ancorado neste documento. O que se observou na escola campo da pesquisa em questão, foi que os educadores têm a compreensão da relevância do PPP para a escola e sua prática docente, porém os mesmos apresentam dificuldades em compreender de fato a presença do documento nas práticas da escola e em suas práticas como educadores.

O que se percebe é que os educadores têm os conhecimentos, sabem trabalhar com os alunos os conteúdos e baseiam suas práticas de acordo com o proposto pela escola. Porém, ao concluírem que o PPP da escola está desatualizado, afirmaram que não têm a devida compreensão do que realmente são as etapas do PPP e sua relevância para as práticas desenvolvidas.

Além disso, constatou-se que a comunidade familiar pouco participa das ações propostas pela escola, principalmente no que diz respeito as decisões tomadas pela gestão, professores e coordenadora pedagógica. A participação restrita dos pais e responsáveis acena

para a construção de um novo conceito de gestão escolar mais participativo que estimule todos os envolvidos no processo, afim de alcançar um ensino e aprendizagem de qualidade.

Diante do exposto, conclui-se que o Projeto Político Pedagógico se constitui um documento importante para os desenvolvimentos do fazer da instituição escolar. Além disso, precisa ser trabalhado e vivenciado na escola como documento norteador das ações desenvolvidas, afim de que sua aplicação nos anos iniciais do Ensino Fundamental se configure como um instrumento eficaz, capaz de produzir êxito nos objetivos planejados pela comunidade educativa.

Desta forma, sugere-se que a escola promova momentos de diálogos de reflexão e convivência com os membros da comunidade escolar, momentos que estejam além de reuniões e festividades comemorativas. Desenvolver uma consciência de participação que vá além de uma integração da escola com a família. Faz-se necessário uma participação consciente, política em que todos exerçam seus direitos e compreenda seus deveres.

Assim, torna-se possível perceber as mudanças ocorridas na realidade local para identificar quem são seus alunos e quais suas principais dificuldades na aprendizagem, para que desta forma possa ser desenvolvido um trabalho que esteja de acordo com o contexto atual da escola, buscando novas metas e ações para atingir resultados satisfatórios.

Por fim, deseja-se que este estudo possa contribuir significativamente para a reflexão/ação da prática pedagógica, no que se refere ao Projeto Político Pedagógico e, consequentemente, despertar outras pesquisas acerca do assunto e oportunizar subsídios para a promoção da qualidade do ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988**.** Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1998.

_____. Educação, Ministério e Desporto, Secretaria de Educação**. Fundamental Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília, 1996.
BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD). Disponível em: bdtd.ibict.br/vufind/. Acesso em 20 de março de 2018.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. **O Projeto Político Pedagógico e a gestão da escola**. In Ilma Passos A.Veiga (org). São Paulo: Papirus, 2002.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini; ROCHA, Any Dutra Coelho. **Evasão e repetência no Brasil**: a escola em questão. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Dois Pontos, 1986.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is".** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CAVALCANTE, Edimilson Matos. **O projeto Político Pedagógico como instrumento de mudança organizacional numa instituição de ensino da Rede Estadual de Amazonas**. Juiz de fora, 2017. Disponível em: http://www.mestrado.caedufjf.net. Acesso em 25 nov. de 2017, às 15h15min.

CAZUMBÁ, Rodrigo da Silva Santos, SILVA, Raimunda Maria da. **Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico:** Estudo de caso em uma escola municipal de São Gonçalo dos Campos-BA. 2015. Disponível em http://www.periodicos.capes.gov.br. Acesso em 29 nov. de 2017, às 15h20min.

CHAPADINHA. Secretaria Municipal de Educação, SEMED. **Projeto Político Pedagógico da U. I. Sebastião Rodrigues Lobo**. 2014.

COMER, James P. **Home-school relationships as they affect the academic success of children**. Education and Urban Society, n.16, 1984.

COAN, Adriana. **A prática docente de uma professora da educação infantil e seus desafios,** São Paulo: PUC; SP 2016. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br. Acesso em 25 nov. de 2017, às 15h15min.

CORTE, Marilene Gabriel Dalla, ROBAERT, Samuel, **O Projeto Político-Pedagógico em sua construção e implantação compartilhada:** o estudo de caso de uma comunidade escolar, Santa Maria, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/. Acesso em 29 nov. de 2017, às 15h20min.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php. Acesso em 12 março de 2018.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DELORS, Jacques (org.). **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

FALKENBACH, Elza Maria Fonseca**. Planejamento participativo**: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola. In Ilma Passos A.Veiga (org). São Paulo: Papirus, 2002.

FERNANDES, Sérgio Brasil, PEREIRA, Sueli Menezes, **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: AÇÃO ESTRATÉGICA PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA**, Santa Maria – RS. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br. Acesso em 29 nov. de 2017, às 15h20min.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., p. 1. 144, 1975

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.) **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte**". Revista Educação & Sociedade, 79, ano XXIII, ago/2002, CEDES, Campinas–SP. Disponível em:https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/NSAFAsPesquisasDenominadasEstadodaArte.pdf Acesso em 24 de nov. de 2017

FRAIMAN, Léo. **Como ensinar bem as crianças e adolescentes de hoje**: teoria e prática. 1, ed. – São Paulo: Editora Esfera, 2013

FREIRE, Benedito Silvano. O **projeto político pedagógico na visão de professores do ensino fundamental**. Natal, 2017. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br. Acesso em 25 nov. de 2017, às 15h15min.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática docente educativa / São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, I.C, et al. **Dialética da inclusão e da exclusão**: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: GERALDI. C.M.G, et al. Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**, São Paulo, ed.13, Cortez, 2010.

_____. "**Pressupostos do projeto pedagógico'**. In: MEC, Anais de Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 1994

GELATTI, Leticia Degrandi, MARQUEZAN, Lorena Inês Peterini, **Contribuições da Gestão Escolar para a qualidade da Educação**, Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br. Acesso em 29 nov. de 2017, às 15h20min.

GIL, A. C**. Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

INCERTI, Ana Maria Machado Franck. **Organização da equipe gestora de uma escola estadual do município de Carauari (AM):** desafios no fazer pedagógico. Juiz de fora, 2016. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br. Acesso em 25 nov. de 2017, às 15h15min.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI. Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho cientifico**: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. – 6 ed.- 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos**. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educativas e profissão docente.** - 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. et. al. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5.ed. revista e ampliada- Goiânia: MF Livros, 2008.

LOPES, Corinne Julie Ribeiro, MACHADO, Lucélia Regina de Sousa, **Projeto Político-Pedagógico como instancia de gestão social da educação,** Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br. Acesso em 29 nov. de 2017, às 15h20min.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula.**
ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Rio de Janeiro. Vozes, 2010.

MACHADO, Nilson José. **Cidadania e Educação**. 2. ed. São Paulo. Escrituras, 1997.

MARQUES, L.R. **Projeto Político Pedagógico**: construindo a autonomia das escolas públicas? – As representações sociais dos conselhos. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação/Mestrado em Educação da UFP. Recife. 1998.

MARQUES, Mário Osório. **Escola, aprendizagem e docência**: Imaginário social e intencionalidade política. In Ilma Passos A.Veiga (org). São Paulo: Papirus, 2002.

MARTINS, Angela Maria. **Autonomia da escola**: a (ex)tenção do tema nas políticas públicas. - São Paulo: Cortez, 2002

MENDONÇA, Erasto Fortes**. A regra e o jogo**: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas, SP:FE/UNICAMP,2000.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. **Autonomia da escola pública:** um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos A (Org.). Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 2002.

OLIVEIRA, Olga Maria, **O Projeto Político-Pedagógico**: Instrumento para uma Gestão Escolar Democrática, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br. Acesso em 25 nov. de 2017, às 15h15min.

OLIVEIRA, Oséias Santos de Oliveira. **Relações educacionais alicerçadas na gestão democrática:** investigando conceitos. Revista Didática Sistêmica, vol. 10. Rio Grande: FURG, 2009.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As Pesquisas Denominadas do Tipo "Estado da Arte" Em Educação.** Revista Diálogo Educacional, vol. 6, núm. 19, setembro/dezembro, 2006, p. 37-50. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

ROSENAU, Claudete Romualda. **Ação do gestor escolar:** estudo de caso com o desenvolvimento de proposta pedagógica. Florianópolis: UFSC, 2002.

SAMPAIO, Ídila Muniz Gomes Guimarães**. Educação integral e formação para a cidadania:** uma análise do Projeto Político Pedagógico à luz do pensamento de Anísio Teixeira. 100f. 2016. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2016. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br. Acesso em 25 nov. de 2017, às 15h15min.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. **Projeto pedagógico, cultura popular e compromisso político**. In Contexto &Educação nº 18. Ijuí, Unijuí, 1990, v.5.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola**: desafios à organização dos educadores. In Ilma Passos A. Veiga (org). São Paulo: Papirus, 2002.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SEIXAS, Manuel Valcy, **A Construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas Estaduais de Alvarães/Am**, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br. Acesso em 25 nov. de 2017, às 15h15min.

SILVA, Maria Abadia. **Do projeto político do Banco Mundial:** ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. Cad. Cedes, Campinas, v. 3, n. 61, 2003.

SOARES, Adriana Fraga. **A participação da família no processo ensino-aprendizagem.** Alvorada, 2010. Disponível em: https//www.lume.ufrgr.br. Acesso em 01 de março de 2018.

SOUSA, José Vieira de, CORRÊA, Juliene. **Projeto Pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola**. In: VIEIRA, Sofia Lerche (Org). Gestão da escola, desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, João Francisco de. **Prática pedagógica e formação de professores**. Recife: Bagaço, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho Pedagógico:** Do Projeto Político- Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula. São Paulo; ed. 5, Libertad editora, 2004.

_____, **Planejamento projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo. Libertd, 2000

VEIGA, Ilma P. A. e CARVALHO, M. Helena S.O. **"A formação de profissionais da educação".** In: MEC. Subsídios para uma proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica. Brasília, 1995.

VEIGA, Ilma passos; Alencastro Veiga & RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas, Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político-pedagógico da escola**. Uma construção possível. São Paulo: Papirus, 2002.

VIEIRA. M. M., F; **Pesquisa qualitativa em administração**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Medica Sul Ltda., 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE 1- Questionário para a gestora

1) A escola possui um PPP? Em caso afirmativo, quais elementos estão inseridos no mesmo que contribuir na sua pratica?

2) Qual a relevância do PPP da sua escola?

3) Nas reuniões com os pais é falado sobre o PPP? Em caso afirmativo aponte quais os aspectos que são discutidos?

4) Que ações são desenvolvidas para incentivar a participação dos pais nas tomadas de decisões na escola?

5) Você considera o PPP um instrumento democrático de participação. Aponte algumas ações que evidenciam essa prática democrática?

6) Na sua concepção quais ações podem ser desenvolvidas para melhorar a implementação do Projeto Político Pedagógico da escola?

APÊNDICE 2- Questionário para coordenadora pedagógica

1) Para você qual a relevância do PPP para as escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Chapadinha?

2) De que forma a Secretaria Municipal de Educação – SEMED contribui para a formação continuada dos professores do município em relação as ações abordadas no Projeto Político Pedagógico?

3) Você considera que o PPP tem cumprido, de fato, sua função nas escolas municipais de Chapadinha?

4) Quais a relação do projeto político Pedagógico e ensino de qualidade nas escolas de Chapadinha?

5) Como você costuma resolver as situações de conflitos que ocorrem nas escolas nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

6) Quais as principais dificuldades apontadas pelos gestores, educadores e pais de alunos para a elaboração do PPP?

APÊNDICE 3- Questionário para Professor

1) A escola possui um Projeto Político Pedagógico?

2) Qual a relevância do Projeto Político Pedagógico para sua prática educacional?

3) Você participou na elaboração do PPP da escola?

4) Há uma avaliação periódica do Projeto Político Pedagógico da sua escola?

5) Sabe-se que o plano de ação é o resultado da avaliação do PPP. Considerando essa afirmativa, quais as principais dificuldades apontadas e como a escola trabalha para a superação dessas dificuldades?

6) Seu plano de ensino é elaborado de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola?

APÊNDICE 4- Questionário para os pais

1) Você sabe o que é Projeto Político Pedagógico?

2) Você costuma participar das decisões da escola do seu filho?

3) Seu filho tem demonstrado que realmente está aprendendo os conteúdos trabalhados na escola?

4) A escola promove muitas atividades?

5) Se você pudesse o que mudaria na escola do seu filho?

6) Em sua opinião, os professores têm contribuído satisfatoriamente na aprendizagem do seu filho?